



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FAGNER FELIPE SILVA BATISTA**

**MOÇAMBIQUE, DO SEU PASSADO COLONIAL AO SISTEMA DE ELEIÇÕES  
MULTIPARTIDÁRIAS: Os desafios do pós-Operação de Manutenção de Paz para o  
País**

**FLORIANÓPOLIS, 2014.**

**FAGNER FELIPE SILVA BATISTA**

**MOÇAMBIQUE, DO SEU PASSADO COLONIAL AO SISTEMA DE ELEIÇÕES  
MULTIPARTIDÁRIAS: Os desafios do pós-Operação de Manutenção de Paz para o  
País**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Karine de Souza Silva

**Florianópolis, 2014.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a **nota dez (10)** ao acadêmico **Fagner Felipe Silva Batista** na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado: **Moçambique, do seu passado colonial ao sistema de eleições multipartidárias: Os desafios do pós-Operação de Manutenção de Paz para o país.**

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Karine de Souza Silva

---

Prof. MSc Javier Rodrigo Maidana

---

Prof. MSc Rafael de Miranda Santos

Florianópolis, 2014.

Dedicado aos meus pais, Vagner Barbosa Batista e Milena Maria da Silva, pelo amor e apoio incondicionais. A vocês, todo o meu amor, carinho e respeito.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e permitir que eu persiga os meus objetivos.

A minha família, pelo amor e apoio durante toda a minha formação, aos meus pais, Vagner Barbosa Batista e Milena Maria da Silva, por terem sempre priorizado a minha educação, apesar de todas as dificuldades.

Aos meus avós, Albino Barbosa Batista, Floripes Quitéria da Conceição (in memoriam), Joaquim Manoel do Nascimento (in memoriam) pelo amor e apoio em especial a minha vó, Maria Aparecida Batista por ter me criado e sido um grande anjo da guarda na minha vida, só tenho a dizer que é infinito o amor que sinto por você.

A minha segunda família, “Amapolas”, com a qual eu fiz a mais sincera amizade quando morei e realizei o meu intercâmbio no Chile. Pela experiência única de poder partilhar momentos inesquecíveis com os meus grandes irmãos latino-americanos.

A minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karine de Souza Silva, pela competência e solidariedade. A você, todo o meu respeito, carinho e a minha mais sincera amizade.

Aos membros da banca avaliadora, professores Javier Rodrigo Maidana e Rafael de Miranda Santos pela atenção, comentários, críticas e sugestões ao trabalho.

Ao Governo Federal, nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, mesmo eu não estando de acordo com alguns pontos dos seus programas políticos, reconheço a grande reforma e expansão que fizeram no Ensino Superior Brasileiro, com políticas sociais que abriram mais o espaço para os brasileiros periféricos, tanto nas Universidades Públicas com maiores investimentos, quanto nas Privadas, através do PROUNI.

À UFSC pelo excelente ambiente de ensino, pesquisa e extensão.

Aos meus colegas e amigos do curso de graduação, do Centro Acadêmico, da AIESEC, dos projetos de extensão, dos grupos de estudos, dos eventos científicos e acadêmicos pelo companheirismo e amizade, a presença de vocês na minha vida foi fundamental e muito enriquecedora.

A minha turma 2010.1, com a qual passei bons anos de faculdade de muito aprendizado e boas amizades.

Aos meus amigos, Augusto Luna de Moura, Ezequiel Santi Alievi, Ivan Ferraz Lemke, Lucas Bock da Costa, Rafael Torquato Cruz e Victoria Medina pela amizade e boas histórias durante toda a faculdade.

Ao meu amigo Guilherme Rafaeli Sgaria e toda a sua família, por terem me apresentado Florianópolis, esta linda cidade e pela sincera amizade.

Aos meus amigos, Mayara dos Santos Prates, Rodrigo Campos Cerna e Welma Gabrielle pela grande amizade e importância que têm na minha vida.

Aos meus professores, Aertz Novais de Souza (Zinha), Degmar dos Anjos, Edgar Nascimento, Edivagner Souza dos Santos, Glauce Anunciação, Gildete Barreto Perreira dos Santos, Gilmar Costa, Hildo Márcio Pereira, Katia Ormond, Lucia Santos, Mara Inez Pinheiro Vieira, Marlene Julia de Oliveira Scarpato, Nardele Santana Silva Salvalaggio, Paulo Roberto de Andrade, Paulo Sesar Pimentel e demais professores, me perdoem se alguém falta nesta breve lembrança, a memória já me falta, mas o meu reconhecimento e agradecimentos são enormes pelo belo e indispensável trabalho que vocês fazem pela sociedade, por serem excelentes educadores na formação dos seus alunos.

Em especial agradeço aos meus professores, Evanide Figueiredo Gonçalves, Helena Maria Gonçalves (in memoriam) e Luiz Henrique (Jacaré), por terem contribuído enormemente para a minha formação crítica e terem feito um grande aporte para o meu crescimento como cidadão.

Aos meus queridos professores de graduação, Clarissa Franzoi Dri, Danielle Annoni, Graciela de Conti Pagliari, Helton Ricardo Ouriques, Jaime Cesar Coelho, Lucia Dammert (Chile), Mónica Salomón González, Patrícia Fonseca Ferreira Arienti e Werner Kandora (Chile) pela excelência acadêmica e por terem despertado em mim um grande amor pela academia.

Ao Projeto Vestibular Comunitário Gratuito do Rio Tavares (PVC) e aos meus alunos, o tempo em que eu participei do projeto ministrando aulas foi de um grande aprendizado e uma forma de retribuir tudo o que a Universidade me proporcionou.

Ao meu amigo e professor Jefferson Pecori Viana pelas inquietudes de ser um bravo cidadão, consciente do seu papel na sociedade, e por ser uma das minhas inspirações pessoais e acadêmicas, pelo belo exemplo de militância e busca incessante por um mundo mais justo.

A minha amiga e colega de curso Klenize Chagas Fávero pela bravura de ser uma verdadeira cidadã responsável pela sua comunidade e pelos seus belos exemplos de militância tanto na sociedade como nas redes sociais por um mundo melhor.

Aos meus amigos, sem o qual a minha vida não teria graça.

A vocês, o meu mais sincero agradecimento.

A experiência internacional ao longo da metade do último século confirma o que sabemos a partir do senso comum – que a qualidade de governação é uma determinante principal para o sucesso ou fracasso das nações [...]. Mais importante de tudo, quando os governos falham na proteção dos direitos humanos e políticos, e em proporcionar oportunidades econômicas, eles podem minar a legitimidade do Estado e pôr em risco a coesão da nação.

Luísa Dias Diogo

## RESUMO

O presente trabalho monográfico é elaborado no campo do processo de pacificação no Estado de Moçambique através da United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ) – operação de manutenção de paz desenvolvida de 1992 a 1994 com o objetivo de monitorar o cessar-fogo da guerra civil moçambicana. A ONUMOZ foi uma das mais bem sucedidas operações de manutenção de paz chanceladas pela Organização das Nações Unidas em toda a sua história. O trabalho tem como objetivo geral investigar como o Acordo Geral de Paz e a Missão interferiram na implantação do sistema de eleições multipartidárias em Moçambique. Primeiro se contextualiza a história de Moçambique, desde o seu passado colonial até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território, culminando com a independência do país e o seu mergulho na guerra civil. Em um segundo momento se apresentam os antecedentes da ONUMOZ, abordando o Acordo Geral de Paz como instrumento para a sua institucionalização e para a saída da guerra civil, bem como se aborda o desenvolvimento da missão. Por fim, em seu último capítulo, analisa-se a importância das eleições pós-processo de paz, bem como dos indicadores sociais de Moçambique pós-missão de paz. Esta investigação utilizou a metodologia dedutiva e os métodos de procedimento histórico e monográfico, a técnica de pesquisa se pautou na documentação direta e indireta.

**Palavras-chave:** ONUMOZ; Acordo Geral de Paz; Moçambique; Eleições Multipartidárias.

## **ABSTRACT**

This monograph is prepared in the field of the peace process in the State of Mozambique through the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ) - peacekeeping operation developed from 1992 to 1994 aimed at of monitoring the ceasefire in the Mozambican civil war. ONUMOZ was one of the most successful peacekeeping operations sanctioned by the United Nations in its entire history. The work's main objective is to investigate how the Comprehensive Peace Agreement and said Mission interfere in the implementation of the multiparty elections system in Mozambique. First describing the history of Mozambique, from its colonial past to the emergence of groups that fought for the independence of the territory, culminating in the independence of the country and its breaking into Civil War. As a second step there is the background of ONUMOZ, addressing the General Peace Agreement as a tool for its institutionalization and the output of the civil war, as well as discussing the development of the mission. Finally, in its last chapter, we analyze the importance of post-election peace process, as well as Mozambique's social indicators after the peace mission. This research used the deductive methodology and methods of historical and monographic procedure; the research technique was based on direct and indirect documentation.

**Keywords:** ONUMOZ; General Peace Agreement; Mozambique; Multiparty Elections.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

TABELA 1 – Agressão militar e econômica contra Moçambique.....	32
TABELA 2 – Programa Humanitário.....	47
TABELA 3 – Resultado das Eleições Presidenciais em Moçambique – 1994.....	51
TABELA 4 – Resultado das Eleições Legislativas (Assembleia da República) em Moçambique. 1994.....	52
TABELA 5 – Resultado das Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique – 1999.....	58
TABELA 6 – Resultado das Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique – 2004.....	59
TABELA 7 – Resultado das Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique – 2009.....	61
GRÁFICO 1 – Mandatos na Assembleia da República de 1994 a 2009.....	62
GRÁFICO 2 – Produto Interno Bruto de Moçambique de 1992 a 2012.....	67

## **LISTA DE SIGLAS**

AfriMA - Africa Governance Monitoring and Advocacy Project

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

AGP - Acordo Geral de Paz

CIVPOL - Componente Policial das Nações Unidas

CNE - Comissão Nacional de Eleições

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

DPKO - Departamento de Operações de Manutenção da Paz

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

MANU - Mozambique African National Union

OMP - Operações de Manutenção da Paz

ONU - Organização das Nações Unidas

ONUMOZ - United Nations Operation in Mozambique

OUA - Organização da Unidade Africana

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

SGNU - Secretário-Geral das Nações Unidas

STAE - Secretariado Técnico da Administração Eleitoral

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Africana de Moçambique Independente

UNOHAC - United Nations Organizations for Humanitarian Assistance Coordination

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ANTECEDENTE HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE.....	16
2.1 Considerações Preliminares .....	16
2.2 Moçambique Colonial.....	16
2.3 Nascimento da FRELIMO .....	23
2.4 A independência do território moçambicano e a guerra civil.....	27
3 A OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE – ONUMOZ.....	37
3.1 Considerações Preliminares .....	37
3.2 Antecedentes da Operação de Manutenção de Paz em Moçambique.....	37
3.3 A Operação de Manutenção de Paz em Moçambique .....	43
4 DUAS DÉCADAS DO PROCESSO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE.....	54
4.1 Considerações Preliminares .....	54
4.2 Sistema Eleitoral .....	54
4.3 Indicadores sociais de Moçambique pós-ONUMOZ.....	65
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	73
ANEXO: UN SECURITY COUNCIL. RESOLUTION 797 (1992).....	79

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa situa-se no campo temático do processo de pacificação no Estado de Moçambique que se deu através da United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ) – operação de manutenção de paz desenvolvida de 1992 a 1994 com o objetivo de monitorar o cessar-fogo da guerra civil moçambicana. A ONUMOZ foi uma das mais bem sucedidas operações de manutenção de paz chanceladas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em toda a sua história.

Em 1992, ano da criação da missão, a ONU deparou com um país em condições precárias. A guerra civil devastou a infraestrutura e a economia do Estado moçambicano, que se encontrava com pouca capacidade para a implantação de fato do Acordo Geral de Paz (AGP) na então condição de desordem e pouca legitimidade do governo.

Através da Resolução 797 de 16 de dezembro de 1992, a ONUMOZ foi criada sob quatro bases principais: eleitorais, humanitárias, militares e políticas. Essas bases estavam em conformidade com o Acordo Geral de Paz. Sem esses quatro pilares a operação não teria como almejar a estabilidade no país.

A Operação de Paz, através da sua divisão eleitoral, tinha como objetivo fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral em Moçambique em todas as suas fases, tanto nas eleições legislativas como na eleição presidencial que seriam realizadas um ano após a assinatura do Acordo Geral de Paz. A base humanitária tinha como objetivo servir de instrumento de reconciliação e atuar na ajuda ao retorno de pessoas deslocadas pela guerra e pela fome. A Missão atuou através da United Nations Organisations for Humanitarian Assistance Coordination (UNOHAC), a coordenação da ONU para assistência humanitária. Já no âmbito militar a Operação de Paz tinha como objetivo monitorar e verificar o cessar-fogo do conflito bem como o recolhimento e a destruição de armas, fornecendo a segurança adequada para os integrantes da ONU no país e outras atividades internacionais que estavam atuando no processo de paz. No seu âmbito político a ONUMOZ tinha como dever auxiliar na orientação política do processo de paz.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar como o Acordo Geral de Paz e a ONUMOZ interferiram na implantação do sistema de eleições multipartidárias em Moçambique. Por meio do método de pesquisa dedutivo, o estudo objetivará responder à seguinte pergunta: Com a assinatura do Acordo Geral de Paz e a implantação da Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas em Moçambique, o país conseguiu estabelecer e

manter um sistema democrático de eleições multipartidárias? A hipótese aventada é a de que Moçambique com o auxílio da ONUMOZ pôde estruturar o seu sistema político de forma mais abrangente que permitisse a participação dos demais partidos políticos além do partido dominante, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Para tanto, pretende-se desenvolver uma estrutura de análise em três capítulos que correspondem aos objetivos específicos de pesquisa.

No primeiro capítulo são feitas as considerações iniciais do trabalho. No segundo capítulo será contextualizada a história de Moçambique, desde o seu passado colonial até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território, culminando com o nascimento da FRELIMO e, mais adiante, com a independência do país e o seu mergulho na guerra civil.

No terceiro capítulo, serão apresentados os antecedentes da Operação de Manutenção de em Moçambique (ONUMOZ), abordando o Acordo Geral de Paz como instrumento para a sua institucionalização e para a saída da guerra civil, bem como será apresentado o desenvolvimento da missão.

Por fim, em seu último capítulo, será analisada a importância das eleições pós-processo de paz e dos indicadores sociais de Moçambique pós-ONUMOZ, assim como serão feitas as considerações finais do autor.

A pesquisa se justifica por sua atualidade e pela importância da temática para a Política Externa do Brasil, já que o país está cada vez mais inserido na África, além de ter participado da ONUMOZ, e ainda, pelo enriquecimento das discussões no meio acadêmico acerca da manutenção da paz em situações pós-conflito. Cada vez mais na Comunidade Internacional se discute o papel de organismos e instituições internacionais em conflitos. Assim sendo, é de vital importância debruçar-se sobre a influência das Organizações Internacionais na manutenção da paz.

Considera-se que a ONU seja a maior organização internacional multilateral e com maior capacidade operacional para a implantação e desenvolvimento de operações de manutenção de paz. Desta forma, essa organização que presta serviços de extrema importância para populações envolvidas em conflitos civis, intraestatais ou paraestatais, ajudou na implementação do Acordo Geral de Paz entre as forças então em conflito, quais sejam, Governo de Moçambique e Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

A ONU através de uma Comissão de Supervisão e Monitoramento acompanhou a implantação do Acordo de Paz, auxiliou nas atividades de cessar-fogo do conflito e na realização das eleições no país, além de ter prestado ajuda humanitária. Entretanto, com toda a

instabilidade em que Moçambique se encontrava, que foi sendo agravada ano após ano depois da sua independência de Portugal no ano de 1975 e que culminou em uma guerra civil, a ONU decidiu implantar no país a United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ) – operação de manutenção da paz que entrou em vigor em 16 de dezembro de 1992.

A pesquisa foi concretizada através do método dedutivo, uma vez que é possível formar conclusões gerais acerca do tema com base no levantamento bibliográfico nacional e estrangeiro, englobando artigos e livros. A investigação utilizou os métodos de procedimento histórico e monográfico para o levantamento dos dados, a análise desses dados e o desenvolvimento da pesquisa.

Foi dada ênfase à análise das Resoluções do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas, e a técnica de pesquisa se pautou na documentação direta e indireta. Os elementos da investigação foram encontrados mediante levantamento bibliográfico e documental a diferentes bibliotecas de centros universitários. Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas obras de origem estrangeira, cuja tradução em caráter não oficial é de responsabilidade do autor desta monografia.

Este trabalho insere-se no contexto das pesquisas da Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa pretende contribuir de forma acadêmica com o caminho que conduza a humanidade para a convivência pacífica. Com efeito, este trabalho está abrigado pelo Núcleo de Pesquisas sobre Integração Regional, Paz e Segurança Internacional (EIRENÈ) e dará continuidade a uma série de pesquisas desenvolvidas no grupo sobre a temática da paz nas Relações Internacionais.

## 2 ANTECEDENTE HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

### 2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este capítulo tem como objetivo contextualizar a história de Moçambique, desde o seu passado colonial, com a chegada dos portugueses através da penetração mercantil, até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território, culminando no nascimento da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), além de contextualizar os embates pela libertação em relação à metrópole, bem como a guerra civil que se desencadeou após o processo para a conquista de soberania.

Moçambique, ao longo da sua história, tanto como colônia tanto como território independente, presenciou vários movimentos conflituosos. Com o término da Segunda Guerra Mundial, muitas colônias na Ásia e África viram o alvorecer de um novo tempo com a independência dos seus territórios das metrópoles europeias. Se, na Ásia, as colônias que foram constituídas ao longo do século XIX conseguiram a independência na década de 1940, na África esse processo ocorreu 30 anos mais tarde, na segunda metade do século XX.<sup>1</sup>

Como e por que isso se deu será analisado já que o estudo da história de Moçambique é relevante para investigar os fatores históricos que impulsionaram posteriormente a formação da Operação de Manutenção de Paz em território moçambicano, a ONUMOZ, que será tratada na próxima seção.

### 2.2 MOÇAMBIQUE COLONIAL

Moçambique é um dos Estados mais novos do mundo, já que adquiriu a sua independência de Portugal apenas em 1975. O país é parte de um dos pontos mais importantes da história contemporânea, o de libertação das últimas possessões europeias no globo. Com um território estratégico, fronteiro com mais 6 países (a norte com a República da Tanzânia, a noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a oeste com o Zimbábue e a República da África do Sul, e a sul com a Suazilândia) e rico em recursos naturais como gás natural, carvão, minerais

---

<sup>1</sup> CAU, Hilário Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil**. 2011. 132 p. Tese (Pós-Graduação em Ciências Políticas)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

(titânio, grafite), madeiras e produtos piscatórios, o país possui mais de 20 milhões de habitantes e 799.380 km<sup>2</sup> de área na costa Sudeste da África.<sup>2</sup>

Os primeiros povos de Moçambique foram os bosquímanos, que eram caçadores e coletores. Contudo, aproximadamente nos anos 200 d.C, os povos Bantu, que eram provenientes dos Grandes Lagos e tinham tradições guerreiras, expulsaram os povos primitivos da região. Entrepostos comerciais foram sendo estabelecidos na costa do país um pouco antes do século VII pelos povos Suahil-árabes para trocar produtos do interior (principalmente ouro e marfim) por artigos variados.<sup>3</sup>

A colonização chegou a Moçambique através da penetração mercantil designada fase do ouro, em que os portugueses buscavam o minério para a troca por especiarias asiáticas. No fim do século XV, eles chegaram ao país e, já no início do século XVI, construíram fortalezas no litoral. Por volta de 1530 começa a penetração no interior do país. Esse avanço ao meio do território moçambicano se dá principalmente através dos rios. Com as conquistas militares que receberam apoio dos missionários e comerciantes, a metrópole estabelece a feitoria de Sena em 1530 e a de Quelimane em 1544. Logo após vieram as fases do marfim e dos escravos.<sup>4</sup>

O escoamento destes produtos acabou sendo efectivado através do sistema de Prazos do vale do Zambeze que teriam constituído a primeira forma de colonização portuguesa em Moçambique. Os prazos eram uma espécie de feudos de mercadores portugueses que tinham ocupado uma porção de terra doada, comprada ou conquistada. A abolição do sistema prazeiro pelos decretos régios de 1832 e 1854 criou condições para a emergência dos Estados militares do vale do Zambeze que se dedicaram fundamental ao tráfego de escravos, mesmo após a abolição oficial da escravatura em 1836 e mais tarde em 1842. No contexto moçambicano as populações macúá-lómué foram as mais sacrificadas pela escravatura. Muitos deles foram exportadas para as ilhas Mascarenhas, Madagáscar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba. Até cerca de 1850, Cuba constituía o principal mercado de escravos Zambebianos.<sup>5</sup>

A ocupação colonial não se deu de forma livre e pacífica. Diversos povos do país organizaram movimentos de resistência, e os portugueses também tiveram de lidar com as movimentações árabes na região. Apenas no século XX é que ocorreu uma pacificação do território pela colônia, e esses movimentos de resistência diminuíram.

<sup>2</sup> Moçambique. **Informação geral sobre Moçambique**. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Moçambique. **Penetração Colonial**. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

Com o capitalismo industrial aflorando na Europa, houve uma mudança no sistema escravocrata vigente, pois os capitalistas europeus iniciaram o processo contra a escravidão mudando as estratégias de colonização.<sup>6</sup> Neste sentido, José Luís de Oliveira Cabaço afirma que:

As elites africanas viram mudarem-se acordos e alianças e assistiram ao aliciamento de novos colaboracionistas locais que reforçavam a burocracia dos invasores. Sentindo em perigo os seus interesses e o equilíbrio institucional penosamente atingido na fase mercantilista escravista do contato com os europeus, organizaram formas de resistência à ocupação dos seus territórios e à conseqüente inserção na nova configuração da economia-mundo, reestruturando as próprias alianças quer no plano político militar, juntando, aqui e além, forças entre si para defesa de territórios e/ou zonas de influência, quer no plano diplomático, procurando explorar com sofisticadas manobras políticas a confrontação que se intensificava entre as metrópoles coloniais. Uma tal situação, pelo custo-benefício de expedições militares tão distantes da Europa, complicou a conquista territorial.”<sup>7</sup>

Com a Segunda Revolução Industrial em pleno vapor, os países europeus ocidentais já não viam a forma tradicional de colonização como a mais apropriada e vantajosa. A colonização mercantilista em que o Estado é o único ator de todo o processo dava lugar a um modelo liberal de desenvolvimento no qual os protagonistas da colonização deveriam ser as grandes companhias privadas de comércio e transporte, que, ao arcarem com as despesas das empreitadas nos países ocupados, também teriam todo o direito ao bônus dos empreendimentos. Contudo, é preciso lembrar que os Estados não deixaram de contribuir nas grandes missões de colonização, principalmente nas mais arriscadas e de maior custo. Como salienta Barbosa: “[...] os Estados tornaram-se parceiros do grande capital, como patrocinadores, organizadores e conquistadores, mandando os seus exércitos sempre que necessário para defender e ocupar, além de formalizarem a partilha desses espaços por intermédio de acordos diplomáticos.”<sup>8</sup>

O século XVIII abrigou um período de grande movimentação comercial de escravos no país. Muitos nativos eram capturados em Moçambique e enviados para o Brasil. Durante o século XIX, esse comércio foi diminuindo devido aos acordos que foram assinados com a Inglaterra (grande parte dos acordos só foi firmada em razão da grande dívida que Portugal

<sup>6</sup> CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475 p. Tese (Pós-Graduação em Antropologia Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p.32.

<sup>8</sup> BARBOSA, Elaine Senise. Conferência de Berlim (1884 – 1885). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2008, p.153.

tinha com os ingleses), contudo, mesmo assim, o comércio ilegal de escravos ainda era recorrente. Até o início do século XX, o tráfico clandestino de escravos se manteve na região.

Desta forma, um novo jeito de partilha da África foi desenhado. Em 19 de novembro de 1884 iniciou-se a conferência de Berlim. A Europa principiava o seu último grande processo de colonização mundial, mas dessa vez os territórios a serem explorados ficavam na África. O modo antigo de colonização dos países ibéricos foi paulatinamente transformado através de uma nova dinâmica de exploração que foi sendo desenhada pelas potências da Europa Ocidental. Para Hobsbawm, “a permanência dos principais territórios portugueses na África (Angola e Moçambique), que sobreviveriam a outras colônias imperialistas, deveu-se basicamente à incapacidade de seus rivais modernos de chegarem a um acordo quanto à maneira de dividi-los entre si”.<sup>9</sup> Portugal cada vez mais estava perdendo poder no cenário mundial diante das grandes potências.

A Inglaterra, com o processo da revolução industrial a todo vapor, via no trabalho assalariado uma forma muito mais vantajosa para o capitalismo do que o trabalho escravo. Em 1807, o país decretou a abolição do tráfico escravista e, através da criação de um instituto africano, começou a investigar os possíveis infratores em escala internacional.<sup>10</sup> Portugal, que se via dependente da Inglaterra, foi levado a firmar com o país um acordo que restringia o comércio de seres humanos ao Hemisfério Sul. Em 1836, o governo liberal, que havia chegado ao poder em Portugal no lugar do absolutismo, decretou a proibição da exportação de seres humanos através do mar para as colônias da América.<sup>11</sup> Finalmente, em 1869 foi abolido o sistema escravocrata no país. Contudo, até o ano de 1878, os ex-escravos tinham vinculação trabalhista compulsória com os seus antigos donos.

O espaço territorial moçambicano foi se definindo mediante tratados firmados entre a metrópole portuguesa e a Inglaterra. Portugal, relutante em assinar tais tratados, pois sujeitavam o país a perdas e o obrigavam a realizar concessões para os ingleses, somente o fez pelas enormes dívidas que tinha com os britânicos. Assim, através dos acordos diplomáticos estabelecidos entre Portugal e Inglaterra, os limites territoriais de Moçambique foram traçados.

Anos mais tarde, com a primeira grande guerra ocorrida de 1914 a 1918, os ganhadores saíram do combate com ideologias sociais e econômicas bem parecidas, diferentemente do fim da Segunda Guerra Mundial, que se deu em 1945 com os lados

---

<sup>9</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios, 1875 – 1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p.89.

<sup>10</sup> BARBOSA, op. cit..

<sup>11</sup> Ibidem.

vencedores em posições ideológicas opostas e excludentes. De um lado, os Estados Unidos da América, representantes da democracia liberal capitalista, e, de outro, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, representantes do modo de produção socialista. Durante o período da guerra fria em que essas potências hegemônicas exerciam o seu poder de influência no globo, o mundo e a África passavam por mudanças estruturais.

O Partido Comunista de Portugal era a força interna a favor da independência das colônias portuguesas. Nas eleições presidenciais em 1958, o candidato de oposição, general Humberto Delgado, suscitou grandes discussões sobre o regime salazarista. Contudo, Delgado foi obrigado a exilar-se do país e no exterior organizou grupos antissalazaristas. Nesse momento, somente Espanha e África do Sul estavam alinhados com a política de Salazar.

O Colonialismo português foi um dos mais atrasados da história. As outras metrópoles europeias, França e Inglaterra, no século XX começaram a favorecer as trocas comerciais com as colônias e a propiciar a sua autonomia em relação ao governo colonial, que, aos poucos, foi se transformando em um processo de independência. Enquanto isso, Portugal com o colonialismo de caráter apenas explorador não propicia e nem favorece o desenvolvimento socioeconômico dos seus territórios ultramarinos. As suas colônias na África são vistas apenas como territórios além-mar.

Portugal não conseguiu implementar nas colônias uma elite que fosse capaz de iniciar o processo de desenvolvimento, mesmo porque, já em meados do século XX, o país já não era mais considerado uma potência, pelo menos em relação aos países mais desenvolvidos da Europa. Para Brito et al.,

A falta de capacidade para criar e desenvolver laços de interdependência econômica entre as colônias e a metrópole que não passassem necessariamente pelo controle político-administrativo dos territórios coloniais, impedia o governo português de optar pela via da descolonização que se afirmou a partir dos finais dos anos 50.<sup>12</sup>

Mesmo estando presente em território moçambicano desde o século XVI, somente nas décadas iniciais do século XX é que Portugal se ocupou da administração de Moçambique. Na década de 1920, Portugal, através do Estatuto do Indigenato,<sup>13</sup> começou a governar Moçambique de forma indireta. Esse estatuto caracterizava um sistema de exploração e dominação colonial que impunha trabalhos forçados a uma parte da população. Somente em

<sup>12</sup> BRITO, Luís de et al. **Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito**. Maputo: Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane, 2003, p.15.

<sup>13</sup> ARAÚJO, Sara. Pluralismo jurídico em Moçambique. Uma realidade em movimento. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 6, p. 6, jan.-jun. 2008. ISSN: 1809-2721.

1961 o estatuto foi abolido. Logo, com esse sistema de divisão e segregação racial, era negado a uma parcela da população negra o acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

A década de 1960 foi de extrema violência colonial no país. Se nos anos 1950 a pax lusitana, de certa forma, fez-se reinar sobre o território, esse contexto mudaria na próxima década. A população negra era extremamente marginalizada. As manifestações anticoloniais perpetuaram a ideia de que o negro era um potencial agressor ou que tinha índole violenta. Contudo, o governo colonial sabia da real reivindicação da população pela sua liberdade e melhores condições de vida.

O governo português, com o intuito de coibir as ações de revolta da população e de evitar que elas se tornassem movimentos fortes contra a metrópole, como os que se sucederam em outros territórios ultramarinos de Portugal, principalmente as revoltas em Angola, decidiu fazer um acompanhamento mais próximo da população atuando por meio de estratégias sociais, visando proporcionar atividades de entretenimento e lazer que dispersassem a população dos problemas sociais e políticos em relação à metrópole. Quanto a isso, Cabaço comenta que:

Para a realização dessa estratégia, foram criados, ainda em 1961 em Moçambique, os Serviços de Ação Psico-social (SAP). Os SAPs operavam no terreno através de brigadas que, segundo Dutra Faria, jornalista e diretor da Agência Geral do Ultramar, tinham como tarefas recolher informação sobre a situação de (in)segurança e dados de natureza etnológica, mobilizar e organizar grupos de “defesa civil” nas aldeias, fazer propaganda política e patriótica, proporcionar entretenimento (em especial sessões de cinema e desporto), intervir nas aldeias no âmbito da ação social e da formação e identificar os problemas mais prementes que poderiam favorecer a adesão das populações à “subversão”.<sup>14</sup>

Com os Serviços de Ação Psicossocial, Portugal tentava reduzir os embates da população contra o governo. Contudo, as desigualdades entre os colonos e colonizados eram enormes dentro da sociedade moçambicana. Não somente o preconceito que pairava no país, mas também a grande diferença socioeconômica entre brancos e negros fazia que os conflitos localizados comesçassem a ganhar mais força, e, com isso, movimentos anticoloniais iniciaram a sua unificação pela causa da independência.

A população branca sustentava-se, em grande medida, pela exploração do trabalho da maioria negra do país, que, ao não ter outros meios de subsistência, era obrigada a trabalhar em circunstâncias sub-humanas para que pudessem ter condições mínimas de sobrevivência. “Os colonos viviam protegidos em seus privilégios pela legislação e pelo racismo reinante. As

---

<sup>14</sup> CABAÇO, 2007, op. cit.

precárias condições de subsistência e os salários baixos, quando não a miséria dos africanos, estavam na origem da acumulação que permitia a sua elevada qualidade de vida e de sua acumulação.”<sup>15</sup>

Desta forma, com grande desigualdade social e sem qualquer apoio da metrópole para o seu desenvolvimento socioeconômico, os territórios ultramarinos lusófonos na África começaram os conflitos armados na luta pela sua independência. Angola, Guiné e Moçambique, através de movimentos nacionalistas, iniciaram a luta pela sua soberania. Somente nessa fase, em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, é que Portugal resolve promover investimentos governamentais nas colônias e favorecer os investimentos privados. Contudo, o contexto já era outro, e as elites coloniais já estavam dispostas a lutar pela sua independência.

O modelo de independência interdependente alcançado por outros Estados africanos que já tinham conseguido a sua “autonomia” (como Camarões, Gana e Guiné, por exemplo) não foi implantado por Portugal em suas colônias, pois mesmo se encaminhado para a segunda metade do século XX o país ainda lançou vários movimentos de repressão contra os grupos que visavam à independência nos territórios ainda colonizados.<sup>16</sup> Contudo, a abertura que se observa a partir dos anos 1960 em Moçambique não foi capaz de implantar um sistema abrangente para a população negra,<sup>17</sup> o que só começou a ocorrer de fato após a independência em 1975. Com isso, os movimentos pela luta por soberania vão se intensificando, e surge neste contexto a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), resultado da união de grupos menores que estavam contra o poder colonial. No tópico seguinte serão discutidos os movimentos opositores ao regime colonialista, bem como o nascimento da FRELIMO como maior representante do movimento para a independência de Moçambique.

---

<sup>15</sup> CABAÇO, 2007, op. cit.

<sup>16</sup> BRITO, 2003, op. cit.

<sup>17</sup> “A relativa abertura do sistema e os esforços feitos pelas autoridades coloniais depois de 1960, quando Portugal se confrontava já com as primeiras acções armadas dos nacionalistas africanos, não chegaram a ter um grande resultado até a altura da independência (1975). Considerando que o acesso à educação seria a via principal de formação de uma elite nacional negra, os números são reveladores: o número de inscrições de Moçambicanos negros nas escolas secundárias técnicas passou de 3.200, em 1960, para 27.000, em 1970. Apesar do crescimento rápido, constata-se que o impacto era mínimo em relação ao conjunto da população moçambicana, que nessa altura era de um pouco mais de 8 milhões.” BRITO, 2003, *ibidem*.

### 2.3 NASCIMENTO DA FRELIMO

Os conflitos em território moçambicano não eram somente de classe política, mas também de ordem sociocultural. A população negra do país, mesmo com o fim da abolição, sofria com os resquícios da escravatura. O preconceito estava disseminado pelas ruas de Moçambique. Em ônibus coletivos havia espaços reservados para a população branca em que os negros não podiam sentar-se. Cabaço relata em sua obra que não era incomum negros serem expulsos dos ônibus por estarem no espaço reservado aos brancos, mesmo que o lugar estivesse vago.<sup>18</sup>

Muitas ordens de padres da igreja católica, principalmente os originários de outros países de pensamento não colonialistas, denunciavam a todo o momento a situação degradante que era vivenciada pela população negra do país. Vários relatórios foram enviados ao Governo português, que começou a fazer uma limpeza nos quadros eclesiásticos de Moçambique. Muitos padres foram retirados do país pelo seu comportamento anticolonialista e vários outros foram presos em suas residências até que a repatriação ao seu país de origem fosse feita, de forma que se os isolassem da população.<sup>19</sup>

Muitos dos movimentos contra a metrópole eram reprimidos com facilidade pela força portuguesa, pois eram localizados e não possuíam unidade entre si. Assim, a repressão se tornava algo simples para o governo colonial. A década de 1960 foi decisiva para o embate entre a colônia e a metrópole. Os moçambicanos que estavam no exterior começaram a formar grupos com ideais independentistas. No ano de 1960, foi fundada a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) na Rodésia. No Quênia, em 1961 surgiu o Mozambique African National Union (MANU), e no Malawi, foi fundada a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI).<sup>20</sup>

Mais adiante, em 25 de junho de 1962, foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A FRELIMO nasce da conjunção da UDENAMO, MANU e UNAMI. Esses movimentos, ao se unificarem em nome de um mesmo ideal, o da independência do território moçambicano, conseguem organizar um movimento de guerrilha pelos ideais de separação da metrópole. Eduardo Chivambo Mondlane<sup>21</sup> presidiu grande parte

---

<sup>18</sup> CABAÇO, 2007, op. cit.

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> CAU, op. cit.

<sup>21</sup> "Eduardo Chivambo Mondlane foi fundador e primeiro Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Nasceu em Manjacaze, Província de Gaza, a 20 de junho de 1920. Trabalhou para as Nações Unidas, no Departamento de Curadoria, como investigador dos acontecimentos que levavam à independência dos

do movimento e foi o líder e grande entusiasta do grupo revolucionário, sendo o arquiteto da unidade nacional.<sup>22</sup> A FRELIMO, além de ser composta em parte por membros da UDENAMO, MANU e UNAMI, era também constituída por membros da sociedade intelectual do interior do país, membros das comunidades étnicas, estudantes e camponeses e visava à unidade como uma das suas principais bandeiras ideológicas. De acordo com Cabaço:

A concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo.(...) Esta unidade forjar-se-ia na participação na libertação nacional e no comportamento quotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos da luta, pelo estabelecimento de “relações de tipo novo” que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional.<sup>23</sup>

Em suma, a unidade era algo constante que a FRELIMO buscava para a sua implantação de fato e para a sua subsistência como um grupo político forte e que não fosse fragmentado. Cabaço relata em sua tese que nas reuniões da organização os novos membros eram convocados um a um para falar das suas experiências pessoais de desrespeito e humilhação que eram praticadas pelos colonizadores, bem como da difícil situação socioeconômica em que viviam. Dessa forma, cada membro relatava o porquê da sua junção ao movimento. Essas assembleias desempenhavam funções extremamente importantes, de vigilância, de caráter psicológico e de natureza ideológica.<sup>24</sup>

A vigilância era observada no momento do discurso de cada integrante. Nesse caso, buscava-se saber se o membro era realmente alguém da comunidade, através das suas narrativas, ou um inimigo infiltrado. A assembleia desenvolvia um sentimento de pertencimento nos participantes, os quais se viam representados nas falas dos outros integrantes, criando uma sensação de unidade e atuando no psicológico dos presentes. Através das histórias entrelaçadas e de natureza tão similar, os membros da organização, principalmente os novos, percebiam o caráter explorador da dominação portuguesa, e por

---

países africanos e foi também professor de História e Sociologia na Syracuse University, em Nova Iorque. Mondlane faleceu a 3 de fevereiro de 1969, vítima de um livro armadilhado com bomba que, ao explodir, pôs termo a sua vida. Em reconhecimento dos feitos, por ele protagonizados em prol de Libertação de Moçambique e do seu povo, o 3 de fevereiro foi instituído como dia dos Heróis Moçambicanos.” FRELIMO. **Eduardo Chivambo Mondlane - Biografia**. Disponível em: <<http://www.frelimo.org.mz/presidentes/eduardo-mondlane>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

<sup>22</sup> CAU, op. cit.

<sup>23</sup> CABAÇO, José Luís. Identidades, conflito e liberdade. **Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, Lisboa: ICS, n. 4/5, p. 240, 2004.

<sup>24</sup> CAU, op. cit.

meio desse expediente a ideologia era difundida e alicerçada em cada participante dos encontros. Segundo Cabaço, essa unidade implicava, pois, “uma luta pertinaz e, se necessário, autoritária contra ‘as formas de divisionismo’ e, em primeiro lugar, contra ‘tribalismo’, o ‘regionalismo’ e o ‘racismo’, vistos como males criados fomentados pela sociedade colonial.”<sup>25</sup>

A FRELIMO tinha como norte a criação de um “novo homem”, bem distinto do homem colonial ou tradicional. Visava à junção dos vários povos etno-linguísticos em um homem com identidade modernizadora, de transformação do cenário colonial e de dependência da metrópole.<sup>26</sup> Esse novo homem estava na luta por questões libertárias e, para isso, precisava dos instrumentos de luta necessários para que pudesse reivindicar os seus interesses. Foi dessa forma que o caráter militar tomou uma face da FRELIMO. A modernidade militar com todos os seus instrumentos, técnicas de ação e manutenção de equipamentos e aparelhos militares exigia conhecimentos técnicos e científicos que precisavam progredir, já que o perfil do grupo avançou de apenas um conjunto com reivindicações políticas para uma associação guerrilheira com táticas militares. Destarte, Cabaço afirma que:

Para que essa transformação se verificasse, a estratégia da direção revolucionária da FRELIMO orientava-se em três direções principais: fazer interiorizar em cada guerrilheiro e militante uma nova práxis (o trabalho manual, a disciplina militar, o empenho subjetivo através da “libertação da iniciativa”, etc.); proporcionar uma educação formal que lhe conferisse os instrumentos para se apropriar da técnica através do “conhecimento científico” cartesiano que ela impunha e evitar que as estruturas e o pensamento tradicional se “reorganizassem” no interior da FRELIMO.<sup>27</sup>

Em outras palavras, a Frente de Libertação de Moçambique tinha em mente que precisava se organizar para uma guerra, afinal enfrentar o governo, com todos os recursos estatais (armamento, exército, força policial, etc.), constituía-se uma grande empreitada, pois o exército de Portugal era treinado e estava preparado para coibir os movimentos revoltosos, já que, pela sua tradição e pelos conhecimentos adquiridos com a modernidade tecnológica, tinha as condições táticas e de equipamentos para enfrentar o grupo, e, além do mais, até então possuía superioridade de poder.

---

<sup>25</sup> CABAÇO, 2007, op. cit.

<sup>26</sup> CAU, op. cit.

<sup>27</sup> CABAÇO, 2007, op. cit.

Desta forma, a FRELIMO sabia da dificuldade que viria pela frente e através da disseminação do sentimento de união e pertencimento dos seus membros, ia formando um grupo cada vez mais coeso. O treinamento dos guerrilheiros se dava tanto no quesito militar quanto no político. Nos campos e no interior do país houve várias concentrações de integrantes que, além das discussões políticas, estavam organizados na construção de estruturas para os moradores, como bem ilustra José Luís Cabaço:

As sucessivas ondas de soldados que treinaram no campo construíram, com as próprias mãos, casas, armazéns, salas de aulas e um hospital, edificaram casernas, escavaram no solo abrigos contra bombardeamentos e ataques aéreos e abriram trincheiras, mas também prepararam campos de produção agrícola, iniciaram a criação de pequenas espécies animais, levantaram um dique para retenção de águas pluviais e povoaram a pequena albufeira de peixes etc. As condições de defesa e de auto-suficiência alimentar foram o resultado da criatividade e do trabalho dos guerrilheiros. Cada novo grupo aprendia isso e realizava uma nova obra. A todos eram explicados o sentido político desse esforço adicional e os princípios ideológicos que neles se materializavam.<sup>28</sup>

No que afirma Cabaço, percebe-se que a formação do guerrilheiro em um trabalho conjunto com a comunidade era a estratégia de conscientização tanto para os membros da FRELIMO quanto para a população. O trabalho com a população camponesa dava sentido à mudança que os guerrilheiros almejavam. O homem novo nascia na mudança estrutural de paradigma. O trabalho dos guerrilheiros com os camponeses se mostrava como um novo caminho a seguir. A mudança partia do pressuposto da conscientização das formas de exploração e dominação dos portugueses sobre os nativos. E, com base nessa conscientização, buscava-se a implantação da ideia de uma classe organizada com princípios e interesses bem definidos.

Essa luta pela independência com cunho social arraigou um nacionalismo com viés de transformação da sociedade moçambicana. Como maneira de rejeitar tudo que o antigo sistema representava, tanto em matéria social e econômica, como em matéria política, o movimento de guerrilha se orientou com os princípios do socialismo marxista-leninista. A guerra fria também foi um fator para nortear o posicionamento ideológico da FRELIMO. Além dos ideais compartilhados, o armamento e o treinamento militar que o grupo recebia vinham dos países de cunho marxista, e grande parte da ajuda vinha da União Soviética<sup>29</sup>. O

---

<sup>28</sup> CABAÇO, 2007, op. cit.

<sup>29</sup> Em plena guerra fria, como comentam Afonso e Martelo, a “União Soviética, na disputa com países capitalistas por de zonas de influência, apoiou a formação de resistências contra a presença europeia nas colônias. Mesmo nos territórios onde o nacionalismo pretendeu preservar o seu próprio processo de luta, a influência das grandes potências (EUA e URSS) esteve invariavelmente presente, quer no apoio ideológico e doutrinário, quer no apoio material.” AFONSO, Aniceto; MARTELO, David. **A guerra de libertação em**

cunho ideológico marxista foi alimentado sobretudo pela fome, desigualdade social, má distribuição de renda e exploração advindas do sistema colonial no território moçambicano.

Em 1962 no seu primeiro Congresso, e em 1968 no segundo, a organização determinou os seus objetivos em médio e longo prazo na luta de libertação nacional, em que a independência é apenas uma fase do grande projeto de construção de uma nova sociedade. Um país livre de qualquer relação com o antigo sistema de exploração colonial e sem qualquer traço do imperialismo que lhe foi imposto ao longo da história era o seu principal objetivo a ser alcançado. O movimento se definiu desde o princípio como anticapitalista e de luta contra a repressão da população oprimida.<sup>30</sup> Deste modo, a FRELIMO tinha desde o seu nascimento os objetivos de luta pela independência e pela liberdade do país, como se verá no tópico a seguir. A guerra civil travada após o pós-independência também será assunto de discussão no próximo ponto deste trabalho.

#### 2.4 A INDEPENDÊNCIA DO TERRITÓRIO MOÇAMBICANO E A GUERRA CIVIL

Em 1960, o massacre – comandado por Portugal - dos manifestantes de Mueda,<sup>31</sup> região norte de Moçambique, que protestavam por causa do aumento fiscal, causou a revolta aos habitantes contra a metrópole, e grande parte dos sobreviventes foi se incorporando a movimentos revoltosos pela independência. Em 1964, começava a grande luta armada no país. A Frente de Libertação de Moçambique iniciou os combates em Mueda, contando com o apoio das etnias macondes e nianjas, as quais, após as truculências de Portugal, passaram a apoiar o grupo guerrilheiro. A FRELIMO também contava com o auxílio da União Soviética (URSS), da Tanzânia (principalmente da assistência direta do presidente do país, o senhor Julius Nyerere) e de outros países do bloco socialista. Quando o movimento guerrilheiro conseguia um novo território como a sua área de influência logo procurava implantar o seu lema Estabelecer o poder popular e servir às massas.

Diante desse quadro, com o trabalho junto aos moradores locais, a FRELIMO procurou implantar um sistema econômico de produção coletiva, agregando os produtores

---

**Moçambique.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. 20\_. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/101.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

<sup>30</sup> CAU, op. cit.

<sup>31</sup> SILVA, Nilce. Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI. **Revista ACOALFAPlp - Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, ano 3, n. 6, 2009. p. 39. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>.

locais na coletividade, sistema que fortaleceu ainda mais a revolução. Os dirigentes discutiam diretamente com as massas, sem intermediários. Neste sentido, os trabalhos no campo eram compartilhados entre os organizadores do movimento revolucionário e as comunidades camponesas como sendo mais um fator de integração.

É preciso ter em mente que mesmo com grande apoio popular, alguns segmentos da sociedade não apoiaram diretamente a Frente de Libertação de Moçambique, como os servidores públicos do Estado, bancários, comerciantes, advogados, ou seja, a pequena burguesia, que não se sentia tão representada pelos ideais camponeses. O colonialismo ainda tinha reflexos em parte da população.<sup>32</sup>

Eduardo Mondlane, funcionário das Nações Unidas e o principal dirigente da FRELIMO, morreu em 1969, quando então assumiram o comando da organização Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos<sup>33</sup>. Vários problemas de gerenciamento sucederam-se dentro da guerrilha. Crises na FRELIMO fizeram com que vários embates internos ocorressem, e Simango foi expulso da organização em 1969. Samora Machel expandiu o grupo à parte meridional do país. Em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal<sup>34</sup>, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, uma nova fase do embate entre portugueses e moçambicanos começa a aflorar, levando ao término do conflito. Com o fim da ditadura Salazarista em Portugal, a guerra entre o movimento revolucionário e o governo português cessa em setembro de 1974, quando foram assinados os Acordos de Lusaka, que põem termo ao conflito armado. Essa foi uma das guerras mais extensas que um país europeu travou na África, contudo comparativamente a outras guerras, o número de baixas é considerado baixo.

Entre 5 e 7 de setembro de 1974 em Lusaka, na Zâmbia, a Frente de Libertação de Moçambique e o Governo português assinaram acordos que reconheciam formalmente o direito de independência à Moçambique e que determinariam como seria feita a transferência de poderes para a FRELIMO, explicitando o regime jurídico de bipartição de poderes sobre o território até a total independência que ocorreria em 25 de junho de 1975. Em seu primeiro artigo o Acordo estabelece que “O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.” (Acordo de Lusaka,

<sup>32</sup> BRÜCK, Tilman. Guerra e desenvolvimento em Moçambique. *Análise Social*, v. 33, n. 149, p. 1.019-1.051, 1998.

<sup>33</sup> SILVA, 2009, op. cit.

<sup>34</sup> ROANI, G. L. Sob o vermelho dos cravos de abril. Literatura e revolução no Portugal contemporâneo. *Revista Letras*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 64, p. 15-32, set./dez. 2004.

1974)<sup>35</sup>. Até junho de 1975, Moçambique foi dirigido por um governo provisório formado por ambos os lados. Após uma década de conflito armado, no dia 25 de junho foi reconhecida a independência oficial do Estado moçambicano. A partir desse momento Moçambique passa a ser governado pela FRELIMO, em regime de partido único através da ideologia de sociedade socialista.

Após nove meses de governo Provisório, foi instaurado um novo poder em Moçambique sem a realização de eleições. A FRELIMO recebeu um país com enormes problemas de infraestrutura e de mão de obra qualificada. As marcas do colonialismo estavam presentes na sociedade que foi explorada e teve o seu desenvolvimento condicionado aos interesses da metrópole.<sup>36</sup> Segundo Helena Pereira:

Embora ainda com pouca experiência, o novo governo teve inicialmente a preocupação em aprofundar os seus conhecimentos sobre a estrutura social e económica do país, a fim de implementar políticas coerentes com a realidade moçambicana. No entanto, tudo indica que a Frelimo não foi capaz de se organizar de forma eficaz numa estrutura político-partidária verdadeiramente representativa e operante na globalidade do território.<sup>37</sup>

Como ressalta Pereira, ainda que com a preocupação do estudo socioeconómico de Moçambique, a FRELIMO não conseguiu implantar uma representatividade político-partidária eficaz. Mesmo assim, nos anos 1970 a ideologia marxista-leninista foi se consolidando na política do país, e em 1977 foi, de fato, implantada como ideologia oficial do governo. A Frente de Libertação de Moçambique acreditava que a classe camponesa representava a força revolucionária do povo. Contudo, a concentração da classe política e burguesa principalmente no sul do país aumentava, e com isso também aumentava o distanciamento entre os dirigentes políticos e parte da população.<sup>38</sup>

Com o passar o tempo, o único elo direto entre a comunidade e a FRELIMO foi os Grupos Dinamizadores. Esses grupos tratavam de questões pontuais e problemas das famílias em relação à sociedade e ao Estado<sup>39</sup>. A coesão social que nunca foi alcançada na África

<sup>35</sup> O ACORDO de Lusaka, 1974. Universidade de Coimbra. Centro de Documentação. Coimbra, 25 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

<sup>36</sup> ALFANE, Rufino. **Autoridade Tradicional em Moçambique**. Educação Cívica na sociedade tradicional. Maputo: MAE, 1996.

<sup>37</sup> PEREIRA, Helena Quoniam Vicente. **O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional)-Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

<sup>38</sup> PEREIRA, op. cit.

<sup>39</sup> "Grupos Dinamizadores - estes grupos constituídos pelos militantes mais activos que apoiavam as directrizes da Frelimo, estavam organizados em diversas secções: organização e mobilização, organização das mulheres, informaçãoe propaganda, educação e cultura, saúde e higiene, problemas sociais, transportes, produção e

Colonial foi um dos interesses mais perseguidos pelo governo do país, que desejava uma integração nacional de todo o território. Foi adotada uma política de nacionalização de empresas, terras, edifícios, saúde e educação. O governo da FRELIMO, através desse sistema, buscava a integração social do país, tão importante não só para o desenvolvimento de Moçambique, mas também para a aceitação social e política do único partido governante.

O partido-Estado, além da sua sustentação como força política hegemônica em Moçambique, tanto perseguia solidificar a independência da metrópole, quanto rechaçava tudo o que podia ser caracterizado como parte da política colonial. A FRELIMO lutava por uma total transformação do país, com um distanciamento das ações que eram adotadas por Portugal no período colonial. O partido-Estado evitava políticas de governo que lembrassem o antigo regime e pudessem gerar de alguma forma qualquer tipo de exploração social e econômica como era praticada por Portugal contra a sociedade moçambicana.<sup>40</sup> Seguindo essa linha de atuação, as relações de parentescos, ou hereditariedade nos quadros governamentais eram uma prática abominada pelo partido, que buscava um novo caminho para o país, livre de qualquer relação com o antigo poder colonial.

A política de alfabetização foi largamente difundida no território e utilizada pelo governo como uma forma de modernizar a economia e de ser um pilar de desenvolvimento do país, já que em meados da década de 1970 a taxa de analfabetismo girava em torno de 90% da população.<sup>41</sup> A expansão da educação também foi estendida às mulheres por meio, principalmente, de uma política de incentivo a sua emancipação com a criação pela FRELIMO da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), organização que visava a dar maior visibilidade e autonomia para a mulher na sociedade.

Outra política que também visava ao afastamento dos antigos moldes do regime colonial e da concentração de poder na mão de um Estado centralizador foi a nacionalização das terras, que afetou muitas instituições, principalmente a Igreja Católica e organizações similares<sup>42</sup>. Assim sendo, o poder eclesiástico também vai se adaptando ao novo regime através da sua mudança de discurso de cunho colonialista, agora com vertente nacionalista.

---

comércio, secretariado, administração e tesouraria. A população recorria aos G.D. par resolver problemas como: conflitos familiares, doenças, desemprego, etc. Os DG acabaram por ser o único instrumento de ligação entre os dirigentes da Frelimo e o povo. Foram também o local de expressão das lutas pelo poder nas empresas, administrações, bairros que se manifestavam através de discussões e debates, eleições dos membros, as críticas ao comportamento dos dirigentes, etc.” PEREIRA, *ibidem*, p.36.

<sup>40</sup> LOURENÇO, Vitor Alexandre. Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], | 2009. Disponível em: <<http://cea.revues.org/189>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

<sup>41</sup> PEREIRA, *op. cit.*

<sup>42</sup> *Ibidem*.

Nesse período é observada uma intensa mudança de toda a estrutura social do país, o que refletia a luta de classes na sociedade moçambicana.

A independência de Moçambique se deu em um período conturbado na economia mundial, já que em 1973 ocorreu o primeiro choque do petróleo. Com as reduções nos preços das matérias-primas para a exportação e com o início da guerra civil no país em 1976, a economia entrou em crise. Apenas dois anos após a independência iniciou-se o conflito civil nas regiões camponesas do país. Diante da guerra civil, as sociedades rurais foram se afastando cada vez mais das políticas e projetos ideológicos da FRELIMO.

A Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que tinha como único objetivo a destituição do poder do país das mãos da FRELIMO, foi ganhando força e intensificou os seus ataques ao governo<sup>43</sup>. A RENAMO foi criada pelo serviço secreto da Rodésia (atualmente Zimbábue) e era composta tanto por colonos portugueses que se mudaram para esse país após a independência, mas que ainda tinham interesses financeiros em Moçambique, quanto por cidadãos moçambicanos que fizeram parte do antigo exército português.<sup>44</sup> Em 1983 também foi apoiada pelo governo do apartheid da África do Sul. O movimento que surge com cunho totalmente militar de desestabilização do partido-Estado, somente depois de muito tempo vai ganhado cunho político.<sup>45</sup> Segundo Luís de Brito et al.:

Muito embora alimentada pelo conflito regional e mais longinquamente pela oposição entre o Mundo Ocidental e o Bloco de Leste, a guerra que iria devastar o país ao longo de cerca de 16 anos teve uma base social interna. A atitude hostil da Frelimo em relação às comunidades camponesas, a sua política rural baseada nas empresas estatais e no aldeamento da população e a incapacidade de organizar um sistema de comercialização agrária satisfatório, resultou numa clivagem fundamental da sociedade moçambicana depois da independência: dum lado, a Frelimo com o seu Estado, a população urbana e alguns grupos da população rural relativamente próximos e beneficiários da acção estatal, e, do outro, uma grande parte da população rural, afastada do poder e tratada como simples objecto da acção modernizadora, por vezes violenta, do partido-Estado. Foi este processo de exclusão e marginalização de uma parte da população moçambicana e dos seus representantes tradicionais que, conjugado com outros factores, dentre os quais é de destacar a maior ou menor identificação com os grupos dirigentes em termos étnico-regionais, alimentou a base interna sobre a qual iria crescer e desenvolver-se a guerra e com ela a Renamo como movimento nacional de oposição.<sup>46</sup>

Diante do exposto por Brito et al., é preciso recordar também o apoio de Moçambique ao movimento libertário contra a administração de Ian Smith na Rodésia e contra o regime do apartheid na África do Sul. O governo moçambicano, ao implantar as sanções impostas pela

<sup>43</sup> LOURENÇO, op. cit.

<sup>44</sup> MOSCA, João. **Economia de Moçambique**: século XX. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

<sup>45</sup> PEREIRA, op. cit.

<sup>46</sup> BRITO, 2003, op. cit., p.17.

Organização das Nações Unidas à Rodésia,<sup>47</sup> “privou o país de uma parte das suas receitas em divisas e provocou uma crise de emprego no complexo ferro-portuário da Beira”.<sup>48</sup> O sistema ferro-portuário de Maputo sofreu tanto pela diminuição das mercadorias da e para a Rodésia como pela redução da sua utilização pelo governo sul-africano, que passou a usar portos alternativos em seu próprio território.

A tabela a seguir mostra as condições precárias que tomaram conta de Moçambique pelas sanções e pelos ataques diretos.

**Tabela 1 - Agressão militar e econômica contra Moçambique**

ATIVIDADE MILITAR	
Número de escolas primárias fechadas 1983-1987	2.600
Porcentagem de rede escolar destruída	45%
Número de postos de saúde fechados 1982-1987	820
Porcentagem da rede de saúde destruída	31%
Número de lojas rurais fechadas 1981-1988	3.200
Porcentagem da rede comercial rural destruída	50%
GUERRA ECONÔMICA	
Redução do número de trabalhadores migrantes moçambicanos na África do Sul 1975-1987	67%
Redução da mercadoria da África do Sul em trânsito pelo porto de Maputo 1975-1983	80%
Redução dos rendimentos de serviços à África do Sul 1975-1987	93%

**Fonte:** HERMELE (1990).

Observando esse quadro, nota-se que, além das sanções da África do Sul que abalaram gravemente a economia do país, também se pode perceber as agressões ao sistema de infraestrutura social do país. A guerra que assolou Moçambique tanto por ataques aéreos, como por ataques terrestres, organizados principalmente pela RENAMO, destruiu 45% da

<sup>47</sup> As sanções impostas pela ONU à Rodésia ocorreram devido ao autoritarismo e às ações ilegais do governo aos seus cidadãos. A Rodésia estabeleceu um regime racista no país nos moldes do *apartheid* da África do Sul. É preciso salientar que a Rodésia foi um Estado não reconhecido situado no sul da África (onde atualmente se compreende o Zimbábue) durante a Guerra Fria.

<sup>48</sup> BRITO, 2003, op. cit., p.17.

rede escolar e 31% da rede de saúde, além de devastar metade da rede comercial do país, em uma estratégia provocada para dismantelar as conquistas e melhorias sociais implantadas pela FRELIMO após a independência. Também se pode inferir, pela análise da tabela, que os ataques e sanções atingiram o coração da economia de Moçambique ao se centrarem nos alvos mais importantes para o Estado, quais sejam, saúde, educação e comércio, com 820 postos de saúde fechados de 1982 a 1987, 2.600 escolas primárias interditadas em um período de 5 anos, além de 50% da rede comercial rural destruída.

A grande redução da mão de obra moçambicana que era recrutada para a África do Sul também provou uma alteração sensível na economia, principalmente no sul do país, já que 20%<sup>49</sup> da população masculina economicamente ativa das províncias de Inhambane, Gaza e Maputo trabalhava em minas do país vizinho no período colonial. Essa mudança drástica no mercado de trabalho, afora provocar grande impacto negativo na balança de pagamento do país, também alterou sensivelmente a qualidade de vida das populações rurais das províncias afetadas, representando uma diminuição do PIB do país em 21%.<sup>50</sup>

Com a guerra civil instaurada em Moçambique e as sanções dos países vizinhos que apoiavam a RENAMO, o país se viu em um profundo caos e uma desestruturação da infraestrutura, com a destruição dos meios de transporte e de comunicação. Viu-se aumentar o número de refugiados e deslocados, ao mesmo tempo em que crescia o número de mortes em virtude do conflito civil. A economia do país deparou-se com uma situação de decrescimento, visto que, além de toda essa situação de caos, as cheias ocorridas no ano de 1977, seguidas de secas prolongadas até 1982, fizeram dos anos de 1973 a 1986 um período perverso para toda a economia do país.

A aproximação de Moçambique aos países do bloco comunista foi obrigada a ser substituída pela aproximação com o ocidente. Com o enfraquecimento dos Estados de cunho socialista, com o fim da guerra fria e com as sanções que assolaram a economia do país, a dinâmica de relacionamento teve de mudar para que Moçambique pudesse solicitar auxílio a organizações capitalistas a fim de reerguer a sua economia. O conflito no país, além de ter recebido interferência da ordem bipolar, foi muito mais influenciado pela dinâmica regional e pela base social interna.

Na década de 1980, sob a presidência de Samora Machel, o país reestabelece os laços com os países ocidentais, visto que, com o conflito interno, as sanções da Rodésia e África do

---

<sup>49</sup> HERMELE, Kenneth. **Moçambique numa encruzilhada**: economia e política na era de ajustamento estrutural. Bergen, Noruega: Chr. Michelsen Institute/Department of Social Science and Development, 1990.

<sup>50</sup> HERMELE, op. cit.

Sul e o crescimento da RENAMO fizeram com que o país tivesse de mudar os seus rumos econômicos para sair da profunda crise que estava instalada e procurar apoio diplomático com outras nações. Portanto, adere ao Banco do Desenvolvimento Africano e candidata-se à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 1982. Em 1984, após aderir à Convenção de Lomé III <sup>51</sup>, Moçambique é formalmente apoiado pelo FMI.<sup>52</sup> O país decide, então, por uma mudança no seu sistema econômico de produção, trocando a ideologia marxista-leninista da planificação da economia pelo modelo capitalista, de economia de mercado, alterando de forma brusca o modelo de desenvolvimento vigente da independência até esse momento. Neste sentido, Hilário Simões Cau declara que:

A assinatura do Acordo de Nkomati e a consequente adesão de Moçambique às instituições financeiras internacionais constituiu uma virada na política externa e interna de Moçambique. Foi a partir desse momento que o país passou a se beneficiar de investimentos estrangeiros, que em parte alavancaram a economia. Mais recursos foram destinados para o desenvolvimento ao mesmo tempo em que se encetavam negociações para o fim da guerra civil em Moçambique.<sup>53</sup>

Contudo, mesmo com o auxílio de instituições capitalistas ocidentais como explanado por Cau, a década de 1980 foi de agravamento da crise econômica no país. Com um Estado fortemente centralizador, a política rural baseada nas empresas estatais e no aldeamento das sociedades camponesas fez com que o partido-Estado produzisse vários conflitos sociais. Parte da população, principalmente a comunidade rural, não estava satisfeita com os métodos adotados pela FRELIMO de gerenciamento do Estado, pois a política rural era ineficaz no sentido de gerar um método agrário de comercialização satisfatório.<sup>54</sup>

Essa política de aldeamento rural, que por vezes distanciou a zona rural do poder urbano e da tomada de decisões, gerou um rompimento de parte da sociedade moçambicana que não estava de acordo com este princípio. De um lado, estavam o Governo e a sociedade urbana, e de outro, a população camponesa, não raro desconsiderada pela FRELIMO, já que era “afastada do poder e tratada como simples objecto da acção modernizadora, por vezes

---

<sup>51</sup> “A Convenção de Lomé, assinada em 1975, era o acordo de cooperação mais abrangente nas relações entre Europa e países terceiros combinando um regime de comércio de acesso preferencial ao mercado europeu dos produtos oriundos dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) com um pacote de ajuda financeira e técnica. Revista por 3 vezes (em 1979, 1986 e 1989), a Convenção de Lomé, na sua 4ª versão, veio a expirar a 29 de fevereiro de 2000 sendo assinado, em Cotonou (Benim), um novo acordo de parceria, em junho do mesmo ano.” Acordos e Apoios. Disponível em: <[http://www.portugalcoverde.com/item2\\_detail.php?lang=0&id\\_channel=21&id\\_page=52&id=32](http://www.portugalcoverde.com/item2_detail.php?lang=0&id_channel=21&id_page=52&id=32)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

<sup>52</sup> PEREIRA, op. cit.

<sup>53</sup> CAU, op. cit., p.12.

<sup>54</sup> BRITO, 2003, op. cit.

violenta, do partido-estado.”<sup>55</sup> Essa ruptura no Estado provocou um cisma na sociedade que favoreceu ainda mais o conflito e fortaleceu a RENAMO como grupo opositor e de base interna contra o poder constituído.

Com efeito, para Helena Quoniam Vicente Pereira:

A Frelimo irá, nos primeiros 10 anos, propugnar uma estratégia política centrada no desenvolvimento agrícola, determinando a indústria como um factor dinamizador, cujo objectivo era a transformação das relações sociais e da economia agrícola, através da socialização dos meios rurais. As definições políticas e ideológicas brotavam dos problemas vivenciados, e ainda cativas de uma estrutura burocrática herdada do sistema colonial, conduzindo Moçambique para um ciclo económico complicado.<sup>56</sup>

As transformações das relações sociais, como comentadas por Pereira, foram, e ainda são, uma grande missão para o governo de Moçambique. A luta pela independência foi a primeira tentativa de unificação para um território autónomo, mas a coesão social foi ainda mais perseguida e prejudica depois da independência com a guerra civil. O conflito interno que se instalou depois de 1974 foi tão ou mais cruel do que a luta de separação de Portugal.

A revolução social e libertação nacional da FRELIMO que buscou o “homem novo” e rejeitou tudo o que lembrava o sistema colonial, mesmo com o uso da força quando necessária para a implantação de uma ideologia próxima ao marxismo-leninismo, foi dando lugar a uma economia de mercado, depois de sucessivas crises tanto sociais como económicas.

Somam-se a isso o agravamento da guerra com a sua chegada ao norte do país em 1983 e a morte do presidente Samora Machel<sup>57</sup> em 1986, que desmantelou ainda mais a situação já instável em Moçambique. As negociações com a RENAMO eram infrutíferas. Mesmo com a promessa de anistia e de integração dos membros do grupo à comunidade moçambicana feita pelo governo, nenhum acordo foi selado. Somente no início da década de

---

<sup>55</sup> BRITO, 2003, p.17.

<sup>56</sup> PEREIRA, op. cit., p.41.

<sup>57</sup> Samora Machel morreu em 19 de outubro de 1986 vítima de um acidente de avião. O caso foi muito conturbado, a versão oficial é que o acidente foi provocado por falhas do piloto russo, que era o comandante da aeronave, contudo outras versões alegam que o piloto recebeu sinal de rádio para que mudasse a rota original e com isso se chocasse em montanhas no território da África do Sul. “Um investigador para a área de segurança aérea, enviado pelo Departamento do Estado dos EUA para reportar sobre o acidente de viação ocorrido em 1986 e que tirou a vida do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, confirma que o extinto regime do apartheid na África do Sul tinha um sistema de rádio-navegação móvel, que poderia ter sido usado para desviar aviões do seu plano correcto de voo.” Morte de Samora Machel: investigador americano confirma que regime do apartheid tinha “VOR” móvel. Disponível em: <[http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news\\_folder\\_politica/fevereiro-de-2014/morte-de-samora-machel-investigador-americano-confirma-que-regime-do-apartheid-tinha-201cvor201d-movel-londres-05-fev-aim-2013-um-investigador-para-a-area-de-seguranca-aerea-enviado-pelo-departamento-do-estado-dos-eua-para-reportar-sobre-o-acidente-de-via/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/fevereiro-de-2014/morte-de-samora-machel-investigador-americano-confirma-que-regime-do-apartheid-tinha-201cvor201d-movel-londres-05-fev-aim-2013-um-investigador-para-a-area-de-seguranca-aerea-enviado-pelo-departamento-do-estado-dos-eua-para-reportar-sobre-o-acidente-de-via/)>. Acesso em: 9 jun. 2014.

1990 é que as conversações entre as duas partes começaram a dar algum resultado. Por intermédio da comunidade católica de Sant’Egídio <sup>58</sup> na Itália, as duas partes depois muita negociação aceitaram a assinar o Acordo Geral de Paz, que previa eleições multipartidárias no País e a abertura para a instalação para o Missão de Paz nas Nações Unidas em Moçambique, a ONUMOZ, a qual será explicitada no próximo capítulo.

---

<sup>58</sup> O papel da importância da Comunidade de Sant’ Egídio será tratado no próximo capítulo deste trabalho.

### 3 A OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE – ONUMOZ

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As Operações de Manutenção da Paz (OMP) são visivelmente conhecidas pelos seus êxitos diante das dificuldades da Organização das Nações Unidas (ONU) em implantar um sistema de segurança coletiva eficiente. Com o término da guerra fria, as operações de manutenção da paz vêm cada vez mais implantando um método aceito internacionalmente de solução de conflitos e estabelecimento da paz.

Assim sendo, este capítulo tem como objetivo tanto apresentar os antecedentes da Operação de Manutenção de Paz em Moçambique (ONUMOZ), que foi uma missão de paz multidimensional da ONU, aprovada em dezembro de 1992 por meio da Resolução 797/92 do CSNU, abordando o Acordo Geral de Paz (AGP) como instrumento para a sua institucionalização, quanto tratar do desenvolvimento da missão.

#### 3.2 ANTECEDENTES DA OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE

Dois dos primeiros desafios de Moçambique para sair guerra civil instaurada no país logo após a sua independência de Portugal foram começar as negociações para o cessar-fogo e escolher a mediação que atuaria em todo o processo. Depois de encontros fracassados em que as duas partes, quais sejam, Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), não chegaram a lugar algum pela divergência de pensamento, pois enquanto a primeira via o conflito como uma guerra de desestabilização ou banditismo armado, a segunda conceituava como uma guerra pela democracia, em que merecia o reconhecimento de partido político pelo Estado, tal qual tinha a FRELIMO<sup>59</sup>, via-se como necessário outras partes para que ocorresse a mediação e resolução do combate. Sobre esse aspecto, veja-se o que considera Luís Castelo Branco:

O primeiro grande obstáculo a ultrapassar para o início das negociações de paz foi o de escolher o mediador. A RENAMO pretendia Portugal, hipótese rejeitada pela FRELIMO, enquanto que o lado governamental pretendia o Zimbábwe, hipótese

---

<sup>59</sup> PUREZA, José Manuel et al. **As novas operações de paz das Nações Unidas**. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, 2007.

recusada pela RENAMO. A escolha recaiu sobre a Comunidade de Sto. Egídio, uma comunidade católica sediada em Roma fundada em finais dos anos 60. O Governo moçambicano e a RENAMO encontram-se pela primeira vez em Roma a 8 de Julho de 1990.<sup>60</sup>

Dentro desse quadro, a Organização das Nações Unidas que prestou e ainda presta serviços de extrema importância para populações envolvidas em conflitos civis, intraestatais ou paraestatais, também foi peça fundamental na implementação do Acordo Geral de Paz<sup>61</sup> entre as forças em conflito em Moçambique no ano de 1992. “A mediação paralela da Igreja [...] e da Comunidade do Santo Egídio, foi determinante para se alcançar o acordo, cabendo aos EUA, a França, a Portugal, ao Reino Unido e às Nações Unidas, o papel de observadores”<sup>62</sup>. Sem a intervenção e mediação desses atores, o Acordo de Paz não se faria possível.

Constituído de 7 protocolos, o Acordo Geral de Paz versa sobre: os princípios fundamentais, critérios e modalidades para a formação e reconhecimento de partidos políticos, princípios da lei eleitoral, questões militares, garantias, cessar-fogo e conferência de doadores. Em 1991, depois de pedidos dos mediadores que se deslocaram até Malawi e Moçambique para que a RENAMO aceitasse o Preâmbulo e o governo reconhecesse com maior compreensão o seu opositor, foi possível a conclusão dos primeiros acordos.<sup>63</sup>

Em seu protocolo I, as partes se comprometeram a alcançar no mais curto espaço de tempo o acordo, a seguir na luta pacífica por suas ideologias através de meios constitucionais e das instituições legais do Estado moçambicano e a não ferir o presente acordo, bem como acordavam com a constituição de uma comissão para supervisão e fiscalização da sua implantação.<sup>64</sup> Esse primeiro protocolo não mudou muito a dinâmica entre as partes combatentes. Contudo, sobre ele Roberto Morozzo Della Rocca em sua obra declara que “É construído o instrumento fundamental para os Acordos de Paz. O sine qua non, o contentor legal e o veículo da confiança necessária”.<sup>65</sup> O protocolo I foi o precedente indispensável para que pudessem ser iniciados e desenhados os próximos protocolos do tratado.

<sup>60</sup> BRANCO, Luís Castelo. As missões da ONU na África Austral: sucessos e fracassos. **Nação e Defesa**, n. 105, p. 14, 2003. (2ª Série).

<sup>61</sup> GENERAL Peace Agreement for Mozambique. United States Institute of Peace. Peace Agreements Digital Collection. USIP Library, March 26 2002. Disponível em: <[http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace\\_agreements/mozambique\\_1991-92.pdf](http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/mozambique_1991-92.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2014.

<sup>62</sup> PUREZA, op. cit., p. 27.

<sup>63</sup> ROCCA, Roberto Morozzo della. **A Paz – Como Moçambique saiu da guerra**. Maputo: Central Impressora e Editora de Maputo, SARL, 2012.

<sup>64</sup> GENERAL..., op. cit.

<sup>65</sup> ROCCA, ibidem, p. 92.

Na Comunidade de Santo Egídio chegaram milhares de cartas com pedidos para o fim da guerra em Moçambique, resultantes de “assinaturas em prol da paz”, que foram recolhidas na América Latina e mesmo na Europa.<sup>66</sup> Essas petições incentivaram as negociações que em 13 de novembro de 1991 culminaram com a assinatura do Protocolo II, o qual versava sobre a diversidade partidária do país; o respeito da democracia das eleições; o livre poder de manifestação dos cidadãos e o direito popular de participar na instituição do governo do país. Dispunha, assim, sobre a natureza dos Partidos políticos, seus direitos e deveres.<sup>67</sup>

Em 12 de março de 1992 foi assinado o Protocolo III, aludindo especificamente à lei eleitoral e às orientações para a sua redação, que deveria ser elaborada pelo Governo em consulta à RENAMO e aos demais partidos políticos. As regras para a elaboração da lei eleitoral como um todo estavam presentes nesse protocolo, que visava a um processo eleitoral eficaz e democrático.<sup>68</sup>

Depois da assinatura do Protocolo III, muito tempo se passou até Joaquim Alberto Chissano, presidente de Moçambique, e Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, se reunissem novamente em Roma para finalizarem os demais pontos do acordo. Dhlakama tinha grande preocupação com a possibilidade de que, após a conclusão do tratado, a RENAMO não tivesse a visibilidade e importância reconhecida pelo governo, já que a FRELIMO já não precisaria mais fazer concessões, como no período das negociações para o cessar-fogo.<sup>69</sup> Entretanto, os mediadores pregavam que todos os termos que pudessem gerar controvérsias fossem discutidos e que fossem respeitadas as decisões, como bem comenta Rocca:

Mediadores e delegações trabalham seja à volta dos protocolos de carácter técnico (aquartelamento das tropas, modalidades do cessar-fogo) seja sobre as questões mais especificamente políticas (polícia, administração civil). Voltam-se a escrever as propostas e discute-se dia e noite, sem interrupção, num clima febril. Até ao último momento falta a certeza da assinatura de paz. As negociações prolongam-se entre o vivíssimo desejo de concluir e, por contraste, a consciência da necessidade de acordos claros e seguros que fechem definitivamente o conflito moçambicano.<sup>70</sup>

Pode-se verificar no texto de Rocca como a fim do conflito era algo tão almejado pelos negociadores. O protocolo IV, que daria mais respaldo para pôr termo ao embate, só foi assinado meses mais tarde, em 4 de outubro de 1992, e tratava das questões militares, como a

---

<sup>66</sup> ROCCA, op. cit.

<sup>67</sup> GENERAL..., op. cit.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> ROCCA, op. cit.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 115.

formação das forças armadas moçambicanas, a retirada das tropas estrangeiras do território de Moçambique, a extinção de grupos armados privados e irregulares, o funcionamento do sistema de informações do país (SNASP), a despartidarização, a reestruturação das forças policiais e a reintegração econômica e social dos militares desmobilizados.<sup>71</sup>

O protocolo V, que abordava as garantias, versava sobre o calendário de implementação do processo eleitoral, a comissão de supervisão do cessar-fogo e do controle do respeito e implementação dos acordos entre as partes no quadro dessas negociações: sua composição e competências, as garantias específicas para o período que ia do cessar-fogo à realização das eleições e as questões constitucionais. Para que as cláusulas fossem cumpridas, o governo moçambicano comprometia-se a solicitar o apoio técnico da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana (OUA). As leis eleitorais seriam elaboradas pelo governo em consulta, pela RENAMO e pelos demais partidos políticos do país.<sup>72</sup> Dhlakama tinha receio de que, após a assinatura dos protocolos finais e com o cessar-fogo em vigor, a RENAMO perdesse toda a força que a ela era dada pelo poder das armas<sup>73</sup>, e que a poria em situação de grande inferioridade diante do governo da FRELIMO. Por isso, todas as garantias discutidas e abordadas nos protocolos eram de extrema importância para o grupo de Dhlakama.

O protocolo VI ocupava-se das questões do cessar-fogo, discutindo sobre os termos do conflito armado, do calendário operacional do cessar fogo e da libertação dos prisioneiros, à exceção dos detidos por crimes de delito comum. Por fim, o protocolo VII ponderava sobre a conferência de doadores, em que o governo de Moçambique solicitava ao governo italiano que organizasse uma convocação de países e instituições que fossem doadoras e financiassem o processo eleitoral, bem como, os programas de emergência e de ajuda a deslocados e de populações desmobilizadas.

O Acordo de Paz que foi assinado em Roma teve representantes dos mais diversos segmentos, além da delegação da República Popular de Moçambique, representada pelo seu chefe, Joaquim Alberto Chissano, Ministro dos Transportes e Comunicações, e da delegação da RENAMO chefiada por Raul Manuel Domingos, chefe do Departamento das Relações Exteriores, também teve representantes do governo Italiano, da Comunidade de Santo Egídio (onde foi celebrado o acordo) e também representantes eclesiásticos. Analistas como

---

<sup>71</sup> GENERAL..., op. cit.

<sup>72</sup> Ibidem, op. cit.

<sup>73</sup> ROCCA, op. cit.

Cameron Hume veem o papel de Santo Egídio como “elemento único”<sup>74</sup> no processo de paz de Moçambique devido à importância da comunidade na assinatura do referido acordo.

As delegações moçambicanas demonstraram interesse na execução do AGP e em seguir o caminho que levasse a paz duradoura para o país. Concordaram em pôr de lado os fatores que as separavam, bem como se comprometeram a ajudar na criação de condições políticas para a reestruturação econômica e social e para que pudessem pôr fim à guerra e trazer a normalidade para a população moçambicana.<sup>75</sup>

Em relação à ajuda humanitária, o Governo de Moçambique e a RENAMO acordaram que:

- a) A ajuda será destinada a todos os moçambicanos afetados, livremente e sem discriminação;
- b) Será garantida a livre circulação e o respeito às pessoas e aos meios que, sob a bandeira das Nações Unidas ou do CICV, estejam empenhados em ações humanitárias, e não sejam acompanhados de escolas militares;
- c) A liberdade e a neutralidade da ajuda humanitária será reconhecida e respeitada;
- d) Será permitido o acesso a toda a população afetada, utilizando-se todos os meios de transporte;
- e) Será permitida e facilitada a utilização de todos os meios para a rápida e expedita distribuição da ajuda humanitária;
- f) Será garantida a liberdade de movimento a todo o pessoal que, sob os auspícios da ONU/CICV, tenha como objetivo identificar as populações necessitadas, as áreas prioritárias, os meios de transporte e vias de acesso, bem como fiscalizar a distribuição de ajuda;
- g) Será permitida a livre circulação das pessoas a fim de lhes possibilitar o total acesso a ajuda humanitária.<sup>76</sup>

Com o intuito de auxiliar as populações em risco e atender às situações de emergência, as partes acordaram com respeitar todas as cláusulas do acordo e com permitir o livre trânsito das pessoas e das equipes envolvidas na ajuda humanitária tanto por via terrestre quanto aérea para que o socorro chegasse às vítimas dos conflitos. O governo moçambicano juntamente com a RENAMO se comprometeu a colaborar com a Comunidade Internacional presente no país e com o comitê de fiscalização presidido pelas Nações Unidas, do qual também integravam o CICV, mediadores e observadores às negociações de Roma.<sup>77</sup>

O Acordo Geral de Paz com a sua regulação sobre questões políticas, econômicas e militares foi um dos mais bem sucedidos acordos de paz de todo o mundo até os dias de

<sup>74</sup> HUME, Cameron. **Ending Mozambique's War: The Role of Mediation and Good Offices**. Washington, D.C.: United States Institute of Peace, 1994. p. 4.

<sup>75</sup> GENERAL..., op. cit.

<sup>76</sup> Ibidem.

<sup>77</sup> Ibidem.

hoje.<sup>78</sup> Contudo, é preciso ter um olhar crítico e ter uma análise estrutural de toda a conjuntura. Faz-se imprescindível olhar os lados que faziam parte do pacto, os agentes facilitadores e os interesses de cada uma das partes. Os dois principais agentes envolvidos eram o partido governista, FRELIMO, de esquerda e de orientação marxista-leninista, que tinha lutado pela independência de Portugal e o seu opositor, RENAMO, grupo de direita apoiado pelo regime do apartheid na África do Sul e pelo governo segregacionista da Rodésia (atualmente Zimbábue).<sup>79</sup> Tanto a FRELIMO quanto a RENAMO já estavam desgastadas pela guerra civil no país e não possuíam mais fundos para sustentar a situação de instabilidade em que vivia Moçambique, e, portanto um cessar-fogo tornava-se algo premente. Desta forma, através da ajuda internacional de mediadores e observadores, o tratado foi sendo estruturado. A Itália, por intermédio da Comunidade Católica de São Egídio, foi uma das principais mediadoras entre as partes. Com o fim da colonização em Moçambique, a igreja católica foi perdendo importância no país e através do Acordo de Paz teria uma via para inserir mais a sua área de influência no território moçambicano.

A Organização das Nações Unidas também colaborou com o processo. Após sofrer com várias crises de legitimidade e ter o seu fracasso ao tentar manter a paz em Angola<sup>80</sup>, a organização atuou de forma direta na implantação do Acordo em Moçambique, e como as operações nos países ocorreram em períodos próximos, a Organização das Nações Unidas tentou ao máximo não cometer os erros que provocaram o fracasso em território angolano em uma missão que teve poucos resultados de fato.

O know-how bem como a vontade da comunidade internacional foram maiores em Moçambique se comparados com os aplicados em Angola. As Nações Unidas atuaram como protagonista no Estado moçambicano diferentemente do desempenho marginal que tiveram nas atividades da ONU em Angola.<sup>81</sup> Mais que isso, as partes envolvidas no conflito almejavam a paz na região, pois os interesses de ambas dificilmente poderiam ser alcançados na situação de total desequilíbrio em que a guerra civil tinha deixado o país. Além disso, a

---

<sup>78</sup> CRAVO, Teresa Paula de Almeida. **What's In a Label?** The Aid Community's Representations of Success and Failure in Mozambique and Guinea-Bissau. Dissertation of Doctor of Philosophy. University of Cambridge, 2012.

<sup>79</sup> SHTOFMAN, Sean; KNAPPAGE, Leah. **Analysis of The General Peace Agreement for Mozambique**. 2012.

Disponível em:

<[https://www.academia.edu/2270149/Analysis\\_of\\_The\\_General\\_Peace\\_Agreement\\_for\\_Mozambique](https://www.academia.edu/2270149/Analysis_of_The_General_Peace_Agreement_for_Mozambique)>.

Acesso em: 30 mar. 2014.

<sup>80</sup> CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. Angola e Moçambique: As operações de paz. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, v. 4, ano 2, 2007.

<sup>81</sup> PUREZA, op. cit.

potência regional da África Austral, qual seja, África do Sul, através do apoio à RENAMO, também interferiu no conflito como forma de manter a sua influência na região.

### 3.3 A OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE

A ONU, por meio de uma Comissão de Supervisão e Monitoramento, acompanhou a implantação do Acordo de Paz, auxiliou nas atividades para o cessar-fogo do conflito e na realização das eleições no país, além de prestar ajuda humanitária. Entretanto, com toda a instabilidade em que Moçambique se encontrava, que foi sendo agravada ano após ano depois da sua independência de Portugal no ano de 1975 e culminou em uma guerra civil, a ONU decidiu implantar no país, através da Resolução 797<sup>82</sup>, a United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ), operação de manutenção da paz essa que entrou em vigor em 16 de dezembro de 1992.

A Operação de Manutenção de Paz em Moçambique que durou de dezembro de 1992 até dezembro de 1994 foi uma das mais bem sucedidas operações de manutenção de paz chanceladas pela Organização das Nações Unidas em toda a sua história<sup>83</sup>. Em 1992, ano da criação da ONUMOZ, a ONU deparou-se com um país em condições precárias. A guerra civil devastou a infraestrutura e a economia do Estado moçambicano, que se encontrava com pouca capacidade para a implantação de fato do Acordo Geral de Paz na então condição de desordem e pouca legitimidade do governo.

Por meio da Resolução 797<sup>84</sup> de 16 de dezembro de 1992, a ONUMOZ foi criada sob quatro bases principais: eleitorais, humanitárias, militares e políticas. Essas bases estavam em conformidade com o Acordo Geral de Paz. Sem esses quatro pilares a operação não teria como almejar a estabilidade no país. A ONUMOZ, por sua divisão eleitoral, tinha como objetivo fiscalizar e acompanhar o processo eleitoral em Moçambique em todas as suas fases,

---

<sup>82</sup> "Convidado a assumir um papel principal na implementação do Acordo de Paz, o Conselho de Segurança das Nações Unidas estabeleceu, pela Resolução 797, de 16 de dezembro de 1992, uma missão para supervisionar o processo de paz – a ONUMOZ – acompanhada de uma Comissão de Supervisão e Fiscalização, presidida pelo Representante Especial do Secretário-Geral, Aldo Ajello, e composta por representantes das partes e dos principais países doadores. Foram também criadas três comissões subsidiárias: a Comissão de Cessar-Fogo, a Comissão para a Reintegração do Pessoal Militar Desmobilizado e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças de Defesa de Moçambique. Para o efeito, foi deslocada para o território uma força de 7300 homens." PUREZA, op. cit., p. 28.

<sup>83</sup> HONWANA, João Bernardo. **The United Nations and Mozambique**. A Sustainable Peace? Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996. p. 39 a 41.

<sup>84</sup> UN Security Council. Resolution 797 (1992). Adopted by the Security Council at its 3149th meeting, on 16 December 1992, 16 December 1992, S/RES/797. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f16548.html>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

tanto nas eleições legislativas como na eleição presidencial, que seriam realizadas um ano após a assinatura do Acordo Geral de Paz.<sup>85</sup>

A base humanitária tinha como objetivo servir de instrumento de reconciliação e atuar na ajuda ao retorno de pessoas deslocadas pela guerra e pela fome. A ONUMOZ atuou através da United Nations Organisations for Humanitarian Assistance Coordination (UNOHAC), a coordenação da ONU para assistência humanitária. Já no âmbito militar, a operação de paz tinha como objetivo monitorar e verificar o cessar-fogo do conflito bem como o recolhimento e destruição de armas e fornecer a segurança adequada para os integrantes da ONU no país. No seu âmbito político, a ONUMOZ tinha como dever auxiliar na orientação política do processo de paz.<sup>86</sup>

Desde o início das operações da ONUMOZ, dificuldades dos mais variados âmbitos<sup>87</sup>, sejam logísticas, administrativas ou de ordem política impediram a implementação do Acordo Geral de Paz. Em seu relatório de 2 de abril de 1993<sup>88</sup> ao Conselho de Segurança, o Secretário Geral concluiu que, apesar de grande parte do cessar-fogo ter sido implementada, o país ainda não tinha as condições necessárias para níveis aceitáveis de pacificação. No dia 14 de abril de 1993 através da Resolução 818<sup>89</sup> o Conselho de Segurança demonstrou a grande preocupação e cobrou soluções do Governo de Moçambique e da RENAMO no cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paz, principalmente no que se referia à concentração, montagem e desmobilização de suas tropas armadas. A resolução ainda apelou aos países que contribuem com tropas para agilizar o envio delas para a execução nos trabalhos na ONUMOZ, ademais de ressaltar aos países doadores que ofereçam ajuda a Moçambique para que os arranjos de cooperação sejam realizados de maneira frutífera.

Mesmo com as recomendações da resolução 818 para a formulação e implantação de um calendário preciso e rigoroso para a realização de eleições no país, elas tiveram de ser adiadas em relação ao seu cronograma inicial. Somente com a situação militar sob controle poderia haver condições para que as eleições pudessem ser disputadas. Apenas em maio de

---

<sup>85</sup> GENERAL..., op. cit.

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> UNITED Nations Operation in Mozambique. **Background**. 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onumuzFT.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

<sup>88</sup> UNITED Nations Security Council. **Reports of the Security Council Missions**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/missions/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

<sup>89</sup> UN Security Council. Resolution 818 (1993). Adopted by the Security Council at its 3198th meeting, on 14 April 1993, 14 April 1993, S/RES/818. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f16514.html>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

1993 a ONUMOZ foi totalmente implementada e a sua infraestrutura militar estabelecida em todas as três regiões operacionais.<sup>90</sup>

No mês de junho do mesmo ano vários avanços foram sendo consolidados. Cabe aqui destacar o aumento de regressos que eram deslocados ou estavam em situação de refúgio. Inclusive, foi assinado um acordo de status das forças entre o Governo e as Nações Unidas. Em 9 de julho de 1993 foi adotada a Resolução 850<sup>91</sup> do Conselho de Segurança, que versava sobre os atrasos da implementação de parte do Acordo Geral de Paz, principalmente em relação à montagem e desmobilização das forças, à formação das novas forças armadas unificadas e à finalização dos arranjos para as eleições multipartidárias em Moçambique, que sob recomendação deviam ser sediadas até outubro do próximo ano. O Secretário Geral das Nações Unidas era o designado para presidir a Comissão Conjunta para a Formação das Forças de Defesa de Moçambique (CCFADM)<sup>92</sup>, que acompanharia a implementação das novas forças armadas unificadas do país com participação tanto do Governo de Moçambique, como da Resistência Nacional Moçambicana. Conforme previsto no Acordo Geral de Paz, houve a retirada das tropas do Zimbábue e de Malawi de Moçambique, fato comemorado na resolução como um avanço na implementação do referido tratado.<sup>93</sup>

As conversações diretas entre o presidente do país, Joaquim Chissano, e do presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, mesmo começando muito depois do previsto, em 23 de agosto de 1993, marcaram uma fase de avanço rumo à busca pela reestruturação do país e à implantação do Acordo de Paz.<sup>94</sup> É de se destacar os acordos firmados entre as partes durante o período de negociação. Em setembro, é anunciado o acordo em que o Governo e a RENAMO concordam em integrar na administração do Estado todas as áreas que estavam sob o controle da RENAMO. Um grande avanço para a reconciliação nacional e a estabilidade do país. O então secretário geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, afirmou que o acordo assinado foi um grande avanço.

Outro importante compromisso firmado entre as duas partes foram a fiscalização e o monitoramento por parte das Nações Unidas das atividades policiais no país, sejam públicas ou privadas visando a manter a imparcialidade da polícia nacional. A ONU também

<sup>90</sup> BRANCO, op. cit., p.81-101.

<sup>91</sup> UN Security Council. Resolution 850 (1993). Adopted by the Security Council at its 3253rd meeting, on 9 July 1993, 9 July 1993, S/RES/850 . Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f1632c.html>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> JUERGENSEN, Olaf Tataryn. The United Nations Comes to the Hinterland: Peacebuilding and Reconstruction in Mozambique. **The Peacebuilding and Reconstruction Program Initiative, IDRC**, Working Paper n. 2, 199-.

<sup>94</sup> ROCCA, op. cit.

forneceria apoio técnico para a COMPOL, polícia instituída pela comissão do Acordo de Roma. Através da Resolução 863 (1993)<sup>95</sup> do Conselho de Segurança, a ONU pediu que tanto o governo da FRELIMO, quanto a RENAMO continuassem as conversações diretas e que esta, junto com os demais partidos políticos, se juntasse ao governo para o estabelecimento de uma lei eleitoral e de convocatórias de eleições gerais no país. A resolução também frisa os progressos da Comissão para a nova Força de Defesa de Moçambique (CCFDM), em particular no caso de formação de instrutores e na remoção de minas no território moçambicano. Por fim, rechaçou toda tentativa ou ação que tenha como objetivo alterar as cláusulas do Acordo de Paz ou prorrogar os prazos para a implantação das medidas adotadas por ele.

Após a visita do Secretário-Geral da ONU ao país em outubro de 1993, o Conselho de Segurança resolveu, através da Resolução 879 (1993)<sup>96</sup>, prorrogar o mandato da ONUMOZ por um período transitório até 5 de novembro de 1993, data em que seria apresentada nova análise quanto ao estabelecimento da duração da missão. Após o relatório do secretário-geral apresentado no dia 1º de novembro de 1993, o Conselho de Segurança aprovou no dia 5 do mesmo mês a Resolução 882 (1993)<sup>97</sup>, que renovava por seis meses o mandato da missão de paz, sob a condição que o Conselho de Segurança poderia rever o status da ONUMOZ e solicitar relatórios periódicos do secretário-geral sobre o andamento da implantação dos termos do Acordo Geral de Paz. A Resolução também permitiu o recrutamento e a seleção de 128 observadores da polícia das Nações Unidas que seriam enviados a Moçambique, bem como, apelou para a comunidade internacional para contribuições voluntárias para o Fundo Fiduciário que financiaria as eleições em Moçambique. O CS, através da Resolução 882, também exortou as partes a colaborar e permitir o trabalho sem restrições do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e outras agências humanitárias que operavam em Moçambique para facilitar a repatriação rápida e reinstalação de refugiados e pessoas deslocadas.

As atividades da ONUMOZ se dividiram em diversas frentes. O componente militar<sup>98</sup> foi o responsável pela patrulha e conservação das principais rotas e corredores do país,

<sup>95</sup> UN Security Council. Resolution 863 (1993). Adopted by the Security Council at its 3274th meeting on 13 September 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/863>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

<sup>96</sup> UN Security Council. Resolution 879. (1993). Adopted by the Security Council at its 3300th meeting, on 29 October 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/files/1993/00879.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

<sup>97</sup> UN Security Council. Resolution 882. (1993). Adopted by the Security Council at its 3305th meeting, on 5 November 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/882>>. Acesso em: 27 abr. 2014

<sup>98</sup> De janeiro de 1993 a dezembro de 1994, o Brasil contribuiu para a missão com um total de 26 observadores militares, 67 observadores policiais, uma unidade médica e uma companhia de infantaria, composta de 170

estações de bombeamento de petróleo, aeroportos, armazéns da ONU, sede ONUMOZ e lugares estratégicos e importantes para a infraestrutura de Moçambique.<sup>99</sup> As Nações Unidas lideraram o processo de formação das Forças Armadas de Moçambique, juntamente com o apoio da França, Portugal e Reino Unido que, através da Declaração de Lisboa, auxiliaram a Comissão Conjunta para a Formação das Forças de Defesa de Moçambique na formação das suas tropas em um treinamento que durou de julho a dezembro de 1993 em um centro de treinamento do Zimbábue. Em janeiro de 1994 os soldados retornaram a Moçambique e começaram os seus trabalhos auxiliados pela missão de paz das Nações Unidas.<sup>100</sup>

A missão também auxiliou as atividades humanitárias no país, através de assistência médica e engenharia especializada. A ONUMOZ, com a comissão de monitoramento, acompanhou e recebeu denúncias sobre violações contra o cessar-fogo, contudo o número de violações confirmadas foi pequeno e não comprometeu o processo de paz. A seguir é possível analisar os dados referentes ao programa humanitário desenvolvido pela operação de paz em Moçambique.

**Tabela 2 – Programa Humanitário**

<b>Programa Humanitário</b>	
Deslocados internamente	4.000.000 a 4.500.000
Refugiados	1.500.000
Soldados desmobilizados e seus dependentes	370.000
Orçamento previsto para o programa	US\$ 616.000.000
Total arrecadado através dos países doadores	US\$ 536.000.000

\*Dados aproximados

Fonte: Elaborada pelo autor com base em DKPO/ONU.

Em relação ao programa humanitário, as suas atividades se centravam basicamente na reintegração da população de deslocados e refugiados que voltaram ao país após o abrandamento da guerra civil com o Acordo Geral de Paz de 1992. Segundo dados do Departamento de Operações de Paz da ONU, 6 milhões de Moçambicanos retornaram as suas

---

militares. Boina Azul – ONUMOZ 1994. Disponível em: <<http://cmtgeralpmrn.com/2012/08/26/boina-azul-onumoz-1994/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

<sup>99</sup> UNITED..., 2001, op. cit.

<sup>100</sup> Ibidem.

comunidades de origem, em que de 4 a 4,5 milhões eram pessoas deslocadas internamente, 1,5 milhões de refugiados e 370 mil soldados desmobilizados e seus dependentes. O Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados atuaram no processo de repatriação e restauração de serviços essenciais para os Moçambicanos que retornaram aos seus lugares de origem. O programa humanitário tinha como intuito trabalhar na promoção da reintegração dos afetados pelo conflito, dos ex-combatentes e dos soldados desmobilizados. A ONUMOZ acompanhou os trabalhos de melhoria das condições de infraestrutura de 1993 a 1994 que eram essenciais para a população tanto em caráter emergencial, quanto em longo prazo, que eram vitais para que a população tivesse condições mínimas de uma vida digna. Neste sentido, a desminagem do território foi um dos trabalhos que a missão acompanhou com mais afinco.

Contudo, apesar de grandes avanços em Moçambique trazidos pelo Acordo de Paz e pela Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas na reestruturação e estabilização do país, grandes problemas ainda assolavam o território e ainda não tinham sido resolvidos, como a grande quantidade de pessoas que ainda passava fome, por exemplo. Ainda era necessária maior verba para a reestruturação e migração da RENAMO de um movimento militar guerrilheiro para um partido político de fato; o desmantelamento de grupos paramilitares que ainda atuavam no Estado e a estruturação das Forças Armadas de Defesa para o seu pleno funcionamento.<sup>101</sup>

A Resolução 898 de 1994<sup>102</sup> do Conselho de Segurança das Nações Unidas implantou o componente policial da ONUMOZ em Moçambique. Boutros Boutros-Ghali, então Secretário Geral da ONU, foi incumbido de diminuir gradualmente o componente militar da missão e velar para que os gastos não ultrapassassem os já valores definidos para a operação. A Resolução ainda determinava que o Secretário providenciasse as ações para o fim da missão e a retirada do pessoal da ONU do território em novembro de 1994, data programada para que o governo vencedor nas eleições assumisse o controle do país. Por esse motivo, foi sendo feito o rebaixamento gradual das forças militares nos corredores de transportes, visto que a força de defesa nacional estava sendo organizada e posta em campo.

---

<sup>101</sup> TERAN, Roger E. **Paradoxical Operations**: International Peacebuilding and the Triangulation of Violence. Boston College, 2009.

<sup>102</sup> UN Security Council. Resolution 898 (1994). Adopted by the Security Council at its 3338th meeting, on 23 February 1994, 23 February 1994, S/RES/898. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f21b40.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014

Com a Resolução 898, foi autorizada a criação de um componente policial das Nações Unidas (CIVPOL) <sup>103</sup> de até 1.144 funcionários para integração do corpo de trabalho da ONUMOZ com as funções de acompanhar o cessar-fogo e atuar nas atividades policiais para zelar do cumprimento eficaz dos termos do Acordo Geral de Paz. Desta forma, este componente policial das Nações Unidas tinha a missão de zelar pela integridade física dos moçambicanos, de acompanhar o processo eleitoral e assegurar eleições livres e democráticas em que todos os cidadãos e partidos políticos tivessem a oportunidade garantida de expressão, de proteger o respeito dos direitos civis, de fornecer apoio técnico à Comissão Nacional de Polícia e de verificar se os serviços privados de segurança e monitoramento não violavam o Acordo Geral de Paz. <sup>104</sup>

O CIVPOL era parte independente e separada da ONUMOZ, mas estava incumbido de trabalhar de forma conjunta com os outros componentes já existentes da missão, quais sejam, administrativos, eleitorais, humanitários e militares, de forma a garantir a estabilidade já conseguida até o momento.

A fase inicial de implantação do CIVPOL foi estipulada para ser concluída até meados de março de 1994. [...] A segunda fase coincidiu com o processo de recenseamento eleitoral de abril a junho, e a fase final em até um mês antes do início da campanha eleitoral, que foi programada para começar no dia 1º de setembro de 1994. <sup>105</sup> (tradução nossa)

O processo eleitoral em Moçambique foi desenvolvido sobre uma base complexa de discussões. Um dos principais objetivos das Nações Unidas é de fortalecer a democracia <sup>106</sup> no país anfitrião e atuar no favorecimento de um processo eleitoral justo e democrático. O governo moçambicano começou as discussões para o estabelecimento da lei eleitoral em março de 1993, contudo a RENAMO alegava não ter tempo suficiente para analisar os projetos propostos pelo governo. Neste sentido:

O impasse foi quebrado durante a visita do Secretário-Geral em Moçambique em outubro de 1993, quando foram celebrados acordos entre o Governo e a RENAMO sobre as questões de composição e presidência da Comissão Nacional Eleitoral. [...] Em 26 de novembro de 1993, um consenso sobre as questões eleitorais foi

<sup>103</sup> Desde o ano de 2005 a Nomenclatura adotada para o componente policial das Nações Unidas passou de CIVPOL para UNPOL.

<sup>104</sup> UNITED ..., 2001, op. cit.

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> Entende-se neste trabalho como Democracia as instituições políticas trabalhadas por Robert Dahl em sua obra, quais sejam: representantes eleitos; eleições justas, livres e frequentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação e liberdade e autonomia de associação. DAHL, Robert. **On Democracy**. New Haven: Yale Press, 2003.

finalmente alcançado após ser realizada uma série de reuniões entre o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e o Presidente da RENAMO, Sr. Afonso Dhlakama, em consulta ao Representante Especial do Secretário-Geral. Na sequência destes acordos, a Lei Eleitoral foi aprovada pela Assembleia da República de Moçambique em 9 de dezembro de 1993, nove dias depois que o previsto no calendário acordado. A Lei Eleitoral foi promulgada pelo Presidente Chissano pouco depois e entrou em vigor em 12 de janeiro de 1994. Os membros da Comissão Nacional de Eleições foram nomeados em 21 de janeiro de 1994.<sup>107</sup> (tradução nossa)

Boutros Boutros-Ghali, em seu relatório de 21 de outubro de 1994,<sup>108</sup> sobre o progresso da operação das Nações Unidas em Moçambique, relata que o país, após dois anos de vigência do Acordo de Paz, estava pronto para sediar as primeiras eleições multipartidárias da história da nação moçambicana. Para Boutros-Ghali e sua equipe, já havia as condições mínimas para que o processo eleitoral se desencadeasse de modo seguro e que as eleições ocorressem de forma justa e democrática. A situação política já estava mais calma e os números de incidentes violentos haviam diminuído de forma considerável. Foi constatado que, por meses, não havia a violação do cessar-fogo. Segundo o relatório, mais de 75.000 soldados foram desmobilizados e um exército unificado que compreende cerca de 10.000 soldados foi formado.<sup>109</sup>

Contudo, mesmo com uma atmosfera mais estável, ainda havia tensões no Estado moçambicano. O número de banditismo armado foi grande, já que, mesmo com um grande recolhimento de armas de fogo (111.539 recolhidas das tropas da FRELIMO e RENAMO e 43.491 de forças paramilitares<sup>110</sup>), ainda havia uma grande proliferação de armas ilegais pelo país. O recenseamento eleitoral ocorreu de primeiro de junho a 2 de setembro catalogando 81% da população de eleitores estimados, em que 6.396.061 foram cadastrados. A ONUMOZ se preparou para a observação e verificação das eleições com mais de 2.300 observadores internacionais no país, de várias organizações internacionais e em torno de 900 das Nações Unidas.<sup>111</sup>

O processo estava ocorrendo dentro da normalidade. Mesmo com denúncias sobre irregularidades no andamento das eleições, a ONUMOZ concluiu que acontecimentos isolados não prejudicaram o desenvolvimento geral do andamento das eleições. Um dos principais problemas, que foi considerado uma grave ameaça ao processo de paz, foi o

<sup>107</sup> UNITED..., 2001, op. cit.

<sup>108</sup> REPORT of the Secretary-General to the Security Council in 1994. Report of the Secretary-General on Mozambique. United Nations. S/1994/1196. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/411/21/PDF/N9441121.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 1º maio 2014.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> UNITED ..., 2001,, op. cit.

pronunciamento do presidente da RENAMO, o Sr. Afonso Dhlakama, de se retirar do processo eleitoral alegando irregularidades no processo eleitoral no dia 27 de outubro de 1994, dia do início das eleições. Pronunciamentos e declarações tanto do Secretário-Geral quanto do Conselho de Segurança, ademais da influência dos presidentes da África do Sul e do Zimbábue, fizeram Dhlakama desistir da sua proposta de sair do pleito um dia depois do seu pronunciamento. Os membros da Comissão Nacional de Eleições juntamente com a ONUMOZ se prontificaram e se responsabilizaram por investigar e solucionar as denúncias de irregularidades apresentadas pela RENAMO e demais partidos políticos.

As eleições ocorreram nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 1994 (houve um dia a mais de eleições do que o previsto inicialmente para que a taxa de comparecimento fosse maior e para que fosse solucionadas dificuldades antes do fechamento das urnas).<sup>112</sup> Em muitos distritos, mais de 90% dos eleitores inscritos compareceram nos dias de votação. O processo de votação ocorreu de forma estável sem que nenhum problema grave que pudesse abalar o decurso das eleições fosse registrado. O mandato da ONUMOZ estava assegurado até o fim das eleições, quando então começaria a retirada paulatina das tropas do país. Contudo, Boutros Boutros-Ghali, em 9 de novembro de 1994, advertiu em carta ao Conselho de Segurança que era fundamental a presença da missão no país até que o novo governo tomasse posse. Em 19 de novembro de 1994 foi anunciado o resultado oficial das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique.

**Tabela 3 – Resultado das Eleições Presidenciais em Moçambique – 1994**

27-29 October 1994 Presidential Election		
Registered Voters	6,148,842	
Total Votes (Voter Turnout)	5,402,940 (87.9%)	
Invalid/Blank Votes	481,425	
Total Valid Votes	4,941,515	
Candidate (Party)	Number of Votes	% of Votes
Joaquim Chissano (FRELIMO)	2,633,740	53.30%
Afonso Dhlakama (RENAMO)	1,666,965	33.73%
Wehla Ripua (PADEMO)	141,905	2.87%
Carlos Reis (UNAMO)	120,708	2.44%
Máximo Dias (MONAMO-PMSD)	115,442	2.34%
Campira Momboya (PACODE)	58,848	1.19%
Yaqub Sibindy (PIMO)	51,070	1.03%
Domingos Arouca (FUMO-PCD)	37,767	0.76%
Carlos Jeque (Independent)	34,588	0.70%
Casimiro Nhamitambo (SOL)	32,036	0.65%
Mário Machel (Independent)	24,238	0.49%
Padimbe Kamati (PPPM)	24,208	0.49%

Fonte: Elaborada por African Elections Database com base em Comissão Nacional de Eleições – CNE.

<sup>112</sup> SECRETARIADO Técnico da Administração Eleitoral. **Eleições Gerais de 1994**. Disponível em: <<http://www.stae.org.mz/index.php/en/ct-menu-item-31/eleicoes-gerais-e-legislativas/1994>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

No mesmo dia em que saíram os resultados oficiais das eleições, o Representante Especial do Secretário-Geral afirmou que o processo eleitoral foi justo e democrático e que não houve acontecimentos que invalidassem o processo. O presidente em exercício, Joaquim Chissano, do partido FRELIMO, venceu o pleito eleitoral com 2.633.740 votos, 53.3% do total, como se verifica na tabela 3. O segundo colocado foi o Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, com 1.666.965 votos, que representam 33.7% do total. Quase 90% da população registrada pelo processo eleitoral compareceu às urnas, um total de 5.402.940 moçambicanos votaram, o que representa 87.9% do total de inscritos.

**Tabela 4 – Resultado das Eleições Legislativas (Assembleia da República) em Moçambique – 1994**

**27-29 October 1994 Assembly of the Republic Election**

Registered Voters	6,148,842
Total Votes (Voter Turnout)	5,404,199 (87.9%)
Invalid/Blank Votes	630,974
Total Valid Votes	4,773,225

Party/[Coalition]	Number of Votes	% of Votes	Number of Seats (250)
Mozambique Liberation Front (FRELIMO)	2,115,793	44.33%	129
Mozambican National Resistance (RENAMO)	1,803,506	37.78%	112
Democratic Union [UD]	245,793	5.15%	9
Patriotic Alliance [AP]	93,031	1.95%	-
Social Liberal Party (SOL)	79,622	1.67%	-
Mozambique United Front-Democratic Convergence Party (FUMO-PCD)	66,527	1.39%	-
National Convention Party (PCN)	60,635	1.27%	-
Independent Party of Mozambique (PIMO)	58,590	1.23%	-
Democratic Congress Party (PACODE)	52,446	1.10%	-
Mozambique People's Progress Party (PPPM)	50,793	1.06%	-
Democratic Renewal Party (PRD)	48,030	1.01%	-
Mozambique Democratic Party (PADEMO)	36,689	0.77%	-
Mozambique National Union (UNAMO)	34,809	0.73%	-
Labor Party (PT)	26,961	0.56%	-

Fonte: Elaborada por African Elections Database com base em Comissão Nacional de Eleições – CNE.

Segundo os dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e conforme se verifica na tabela 4, nas eleições legislativas para a ocupação dos cargos na Assembleia da República, a Frente de Libertação de Moçambique também ficou em primeiro lugar com 2.115.793 votos, o que representa 44.3% do total e lhe garantiu 129 dos 250 assentos da Assembleia da República. Em segundo lugar ficou a Resistência Nacional Moçambicana com 1.803.506 votos, que representam 37.78% do total e a garantia de 112 lugares na Assembleia Nacional. O terceiro partido que também pode ocupar lugares no poder legislativo foi a União Democrática (UD) com 245.793 votos (5.15%) e com 9 lugares na Assembleia Geral. No dia 21 de novembro o Conselho de Segurança, através da Resolução 960 (1994)<sup>113</sup>, aprovou o

<sup>113</sup> UN Security Council. Security Council Resolution S/RES/960 (1994). Resolution 960 (1994). Adopted by the Security Council at its 3464th meeting, on 21 November 1994, 21 November 1994, S/RES/960. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f15683.html>>. Acesso em: 1º maio 2014.

resultado das eleições de Moçambique, declarando livres e democráticas. No dia 8 de dezembro de 1994 o novo parlamento assumiu suas funções em Moçambique, e no dia 9 o presidente eleito, Joaquim Chissano, tomou posse. Com a posse do novo governo, a Operação de Manutenção de Paz em Moçambique chegou formalmente ao fim no dia 9 de dezembro de 1994, e a missão ainda desenvolveu algumas operações residuais até que se retirou totalmente de campo no final de janeiro de 1995. No próximo capítulo será abordado o período pós-1992 com os reflexos da assinatura do Acordo Geral de Paz e da Operação de Manutenção de Paz.

## 4 DUAS DÉCADAS DO PROCESSO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE

### 4.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Depois de uma década e meia de conflito civil, com enormes danos sociais e econômicos que deixaram rastros profundos na economia e na sociedade em Moçambique, inclusive com o penoso fato da morte de aproximadamente um milhão de moçambicanos, o país, enfim, conseguiu selar a paz com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 4 de outubro de 1992 na Comunidade de São Egidio na Itália entre a Frente de Libertação de Moçambique e a Resistência Nacional Moçambicana. Após a chancela do Acordo e da instalação da Operação de Paz das Nações Unidas no Estado moçambicano, que terminou as suas operações oficialmente em 9 de dezembro de 1994 e saiu do território no fim de janeiro de 1995, o país tinha um grande desafio pela frente, o de reerguer a sua economia e de manter a paz selada em 1992.

Em cumprimento ao Acordo Geral de Paz e com o auxílio da ONUMOZ, Moçambique conseguiu realizar as suas primeiras eleições multipartidárias, e com a posse de um novo governo veio também a responsabilidade de guiar seus rumos através das suas próprias forças. Este capítulo investiga as repercussões de mais 20 anos da conclusão do processo de paz e de quase quatro décadas de independência (um período histórico pequeno, mas que merece ser analisado) no Estado moçambicano. Analisa a importância das eleições pós-processo de paz, bem como explora os indicadores sociais de Moçambique pós-ONUMOZ, para se tentar chegar ao objetivo geral desta monografia, qual seja, responder como o Acordo Geral de Paz e a ONUMOZ interferiram na implantação do sistema de eleições multipartidárias no país. Para tanto, é feita a análise da importância das eleições pós-processo de paz, bem como dos indicadores sociais e econômicos do país após 1992.

### 4.2 SISTEMA ELEITORAL

Mia Couto <sup>114</sup> trata o processo de independência não como uma expressão máxima de soberania, mas sim como um direito de poder escolher as relações de dependência que

---

<sup>114</sup> Mia Couto, pseudônimo de António Emílio Leite Couto, é um escritor moçambicano nascido em 1955. Couto é professor e já atuou no jornalismo. É o único escritor africano membro da Academia Brasileira de Letras. Com grandes obras sobre o seu país, Mia Couto é um dos pensadores mais influentes de Moçambique na

afloram no país. Para ele, mesmo após a independência e a assinatura do Acordo Geral de Paz, o povo moçambicano não poderia escolher livremente os rumos que o país seguiria e a forma como isso aconteceria.<sup>115</sup> Os pactos e alianças do arranjo macroeconômico global do capitalismo foram o que, de fato, delinearão grande parte da política a ser seguida por Moçambique.

Da receita do socialismo passou-se para a do neoliberalismo, mas a pobreza, o maior estigma da sociedade africana, ainda se perfaz sobre todo o país. Para os países doadores do mundo ocidental, após as doações feitas por ocasião da assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 e da ONUMOZ, a fórmula parecia simples, doar mais ou não doar. Entretanto, essa solução não erradicaria os problemas estruturais do país.<sup>116</sup> “Não se pode esperar que um país saído do atraso da dominação colonial possa realizar aquilo que velhas nações independentes estão ainda construindo. Moçambique está aprendendo a ser soberano num mundo que aceita muito pouco a soberania dos outros.”<sup>117</sup> Assim, Couto reflete sobre o processo de independência do seguinte modo:

Hoje sabemos: a independência não é mais do que a possibilidade de escolhermos as nossas dependências. Na década de 70, o mundo oferecia a possibilidade de diferentes opções e alianças estratégicas. Hoje as economias nacionais perfilam-se perante um modelo sem alternativa. Escolhemos o que outros escolheram por nós. Uma parte da nossa alma foi já, mesmo sem o sabermos, conduzida para a capoeira e ali esquece a irreverência, a originalidade e o desejo de ser único.<sup>118</sup>

Assumir a condição de sujeito histórico da sua própria história é um dos desafios propostos por Couto. Segundo ele, somente quando os próprios africanos se considerarem o elemento de mudança, a sociedade de fato poderá começar a se transformar das mazelas do Estado, fruto em grande parte do seu passado colonial explorador.

O resultado do processo eleitoral, como manifestação da vontade popular ou de pelo menos parte dela, caracteriza um dos pilares da democracia, que a ONU tanto defende nos países em que desenvolveu e desenvolve missões de paz. Um processo em que os governantes sejam eleitos através dos votos (e por um tempo determinado), que tenha sufrágio universal e que haja rotação no poder pode ser caracterizado como democrático. Moçambique começa a

---

atualidade. Suas obras já foram publicadas em vários países e traduzidas em diversos idiomas, sendo um dos escritores moçambicanos mais lidos em países estrangeiros.

<sup>115</sup> COUTO, Mia. Moçambique – 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor? (Ensaio) *Revista Via Atlântica*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 8, p. 191-204, 2005.

<sup>116</sup> Ibidem.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 192.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 194.

ter, de fato, moçambicanos no comando do país com a sua independência em 1975 e com o regime de partido único, o “partido-Estado” FRELIMO que governou o país até 1994 sem eleições.

A FRELIMO se mantém e se consolida no poder construindo o seu alicerce no antes e pós-independência não como um grupo homogêneo, mas com a união de diferentes conjuntos rebeldes ao então poder colonial. A sua formação foi feita por vários grupos políticos, quais sejam, African National Union (MANU), a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI). Um grande trunfo usado pela organização foi a sua base abrangente de agentes, usada como argumento de uma grande representatividade. Desta forma, o partido consegue firmar-se no cenário interno e perante instituições como a Organização da Unidade Africana como “único legítimo representante do povo moçambicano”.<sup>119</sup>

O know-how e a força militar adquiridos pela FRELIMO nos dez anos de luta armada, juntamente com a o apoio da rede internacional que foi firmando-se entre os movimentos libertários africanos, os países do bloco socialista e dos movimentos de esquerda dos países capitalistas durante a guerra fria, aliados a grande mobilização e apoio popular que a FRELIMO conquistou perante a população durante o movimento pela independência, tornaram-na uma força social e política, hegemônica em Moçambique.<sup>120</sup>

Com o processo de paz, e com ele, as eleições multipartidárias, uma nova etapa inicia-se no país. Moçambique se abre para uma fase de democratização e de instalação de instituições representativas no governo. Esta evolução no sistema político do país permitiu que aflorassem organizações da sociedade civil e que partidos políticos surgissem na sociedade moçambicana. Somente com o processo de pacificação que pôs fim à guerra civil, foi possível a estruturação política e jurídica tão necessária depois do período pós-dependência que ainda não havia sido implantada. O sucesso da pacificação impactou diretamente no processo de transição política e na forte bipolarização deste, já que os dois partidos representativos no país tinham a sua gênese na guerra civil.<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> BRITO, Luís de. O Sistema Eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2009, p. 18.

<sup>120</sup> FRANSCISO, António. Sociedade Civil em Moçambique – Expectativas e Desafios. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2009.

<sup>121</sup> FORQUILHA, Salvador Cadete; ORRE, Aslak. Transformações sem mudanças? Os Conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique, 2011**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2011.

Com o estabelecimento de eleições periódicas em Moçambique pelo Acordo Geral de Paz e com as suas realizações com auxílio da ONUMOZ, o país passa por uma fase de amadurecimento político em sua sociedade e de fortalecimento da democracia. Neste sentido, Marc de Tollenaere comenta que:

As primeiras eleições multipartidárias (1994) foram o cúmulo do AGP e o início de uma nova era na história de Moçambique. As eleições foram consideradas um sucesso, apesar dos muitos desafios manifestados: um tenso ambiente político próprio de uma situação pós-conflito, uma estrutura de recursos económicas e financeiras fraca, uma taxa de analfabetismo elevada, movimentos intensivos de refugiados e populações deslocadas que regressavam a casa e infraestruturas de comunicação pobres em várias partes do país. Mesmo assim, 80% do eleitorado recenseou-se e 85% dos eleitores recenseados participou nas eleições. [...] A participação larga e a ampla aceitação dos resultados expressaram o desejo do povo pela paz e a sua percepção do papel desempenhado pelas eleições nesse âmbito.<sup>122</sup>

Desta forma, foram criados no país a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) como órgãos de realização e fiscalização das eleições. Desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994 esses dois órgãos atuam nos pleitos eleitorais de Moçambique.<sup>123</sup> Como foi tratado no final do capítulo 3, a FRELIMO venceu o primeiro pleito eleitoral multipartidário realizado em 1994. No que se refere a eleições regulares, o Acordo Geral de Paz foi respeitado e as eleições seguintes tiveram lugar cinco anos após o primeiro pleito multipartidário. As eleições subsequentes ao processo de Paz se revelam de extrema importância para o país, no que se refere à solidez do seu sistema democrático, como é exposto em um relatório internacional do Centro Carter:

Embora as eleições de 1994 foram acolhidas como um sinal de uma transição de guerra para paz e para democracia multipartidária de êxito, no longo prazo a transição de Moçambique requer o fortalecimento das instituições políticas e a superação de divisões políticas, regionais, e étnicas. Por isso, as eleições de

<sup>122</sup> TOLLENAERE, Marc de. **Apoio a Democratização a Moçambique Pós-Conflito: Intenções e Resultados**. Netherlands Institute of International Relations Clingendael, 2006. p. 8.

<sup>123</sup> “A CNE, criada por ocasião das primeiras eleições em 1994 (Lei 4/93), tinha uma composição relativamente equilibrada entre o partido no poder e os partidos da oposição. Com efeito, dos vinte e um membros que a compunham, dez eram escolhidos pelo governo (ou seja, pelo partido no poder), outros dez escolhidos pelos partidos da oposição (sendo sete indicados pela Renamo e os restantes pelos outros partidos da oposição) e, finalmente, uma personalidade era indicada pelos membros da comissão e nomeada pelo Presidente da República para a função de presidente da comissão. Para além disso, a CNE disporia de dois vice-presidentes, sendo um indicado pela Renamo e outro pelos restantes partidos políticos (de facto, a Frelimo). Ao mesmo tempo, a mesma lei estabeleceu a formação do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral como órgão de apoio subordinado à CNE (art. 19). Conforme o estabelecido no Decreto 6/94, o STAE também foi estruturado reservando uma série de postos, incluindo de direção, à Renamo e a outros partidos da oposição, para além de integrar membros apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU). BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique, 2011**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2011. p. 93.

dezembro de 1999 em Moçambique foram vistas pelo Carter Center e por outros como uma prova importante sobre a transição do país.<sup>124</sup>

As eleições em 1999 ocorrerem sem grades incidentes que prejudicassem o processo eleitoral.<sup>125</sup> Com um comparecimento de 69.5 % do total de 7.099.105 eleitores registrados (abstenção maior que no primeiro pleito em 1994, que obteve apenas 12% de faltantes), o país teve 14 partidos políticos disputando as eleições gerais para a Assembleia da República, e os dois maiores, FRELIMO e RENAMO, disputando as eleições presidenciais.<sup>126</sup> Em Moçambique, conforme a sua Constituição de 1990, no capítulo de direitos e deveres fundamentais, os cidadãos da República, maiores de 18 anos, têm o direito de votar e de serem eleitos<sup>127</sup>, com exceção dos legalmente privados desse direito, sendo assim o voto um direito, mas não uma obrigação. A Frente de Libertação Nacional conseguiu manter o status quo como veremos na tabela a seguir.

**Tabela 5 – Resultado das Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique – 1999**

**3-5 December 1999 Presidential Election**

Registered Voters	7,099,105
Total Votes (Voter Turnout)	4,934,352 (69.5%)
Invalid/Blank Votes	462,364
Total Valid Votes	4,471,988

Candidate (Party) [Coalition]	Number of Votes	% of Votes
Joaquim Chissano (FRELIMO)	2,338,333	52.29%
Afonso Dhlakama (RENAMO) [RENAMO-UE]	2,133,655	47.71%

**3-5 December 1999 Assembly of the Republic Election**

Registered Voters	7,099,105
Total Votes (Voter Turnout)	4,833,761 (68.1%)
Invalid/Blank Votes	701,438
Total Valid Votes	4,132,323

Party/[Coalition]	Number of Votes	% of Votes	Number of Seats (250)
Mozambique Liberation Front (FRELIMO)	2,005,713	48.54%	133
Mozambican National Resistance-Electoral Union [RENAMO-UE]	1,603,811	38.81%	117
Labor Party (PT)	111,139	2.69%	-
Liberal and Democratic Party of Mozambique (PALMO)	101,970	2.47%	-
Social Liberal Party (SOL)	83,440	2.02%	-
Mozambican Opposition Union [UMO]	64,117	1.55%	-
Democratic Union [UD]	61,122	1.48%	-
Mozambique Democratic Liberal Party (PADELIMO)	33,247	0.80%	-
Independent Party of Mozambique (PIMO)	29,456	0.71%	-
National Workers and Peasants Party (PANAOC)	24,527	0.59%	-
Progressive Liberal Party of Mozambique (PPLM)	11,628	0.28%	-
Mozambique Social Broadening Party (PASOMO)	2,153	0.05%	-

Fonte: Elaborada por African Elections Database com base em Comissão Nacional de Eleições – CNE.

<sup>124</sup> PROCESSO de observação das eleições de 1999 em Moçambique. Relatório Final. Centro Carter, 2000. p. 4. Disponível em: <<https://www.cartercenter.org/documents/281.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

<sup>125</sup> PROCESSO ..., op. cit.

<sup>126</sup> Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE). Disponível em: <<http://www.stae.org.mz/index.php/en/ct-menu-item-31/eleicoes-gerais-e-legislativas>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

<sup>127</sup> Constituição da República de Moçambique, 1990. Disponível em: <[http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constitucao\\_republica/](http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constitucao_republica/)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

Como na primeira eleição multipartidária do país em 1994, no ano de 1999 ainda houve certo equilíbrio na bipolarização política que rondava Moçambique. Em 1999, como se pode observar na Tabela V, o presidente do país, Joaquim Chissano, da FRELIMO, conseguiu a sua reeleição com 2.338.333 votos, garantindo 52.29% da preferência dos eleitores, contra 2.133.655 votos do seu oponente, Afonso Dhlakama, da RENAMO, que obteve 47.71% dos votos válidos.

Nas eleições legislativas a FRELIMO também saiu vitoriosa do processo eleitoral. De acordo com a Tabela V, o partido angariou 2.005.713 votos, que representaram 48.54% da preferência eleitoral, garantindo 133 assentos dos 250 do Parlamento. A RENAMO conquistou 38.81% dos votos válidos, com 1.603.811 votos e 117 cadeiras parlamentares. Os outros 10 partidos juntos somaram apenas 12,65% dos votos e não conseguiram eleger nenhum parlamentar para a Assembleia da República. A seguir serão analisados os dados das eleições gerais de 2004.

**Tabela 6 – Resultado das Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique – 2004**

**1-2 December 2004 Presidential Election**

Registered Voters	9,142,151
Total Votes (Voter Turnout)	3,329,177 (36.4%)
Invalid/Blank Votes	177,999
Total Valid Votes	3,144,168

Candidate (Party) [Coalition]	Number of Votes	% of Votes
Armando Guebuza (FRELIMO)	2,004,226	63.74%
Afonso Dhlakama (RENAMO) [RENAMO-UE]	998,059	31.74%
Raul Domingos (PDD)	85,815	2.73%
Yaqub Sibindy (PIMO)	28,656	0.91%
Carlos Reis (UNAMO) [MBG]	27,412	0.87%

**1-2 December 2004 Assembly of the Republic Election**

Registered Voters	9,142,151
Total Votes (Voter Turnout)	3,321,926 (36.3%)
Invalid/Blank Votes	276,497
Total Valid Votes	3,045,429

Party/[Coalition]	Number of Votes	% of Votes	Number of Seats (250)
Mozambique Liberation Front (FRELIMO)	1,889,054	62.03%	160
Mozambican National Resistance-Electoral Union [RENAMO-UE]	905,289	29.73%	90
Party for Peace, Democracy, and Development (PDD)	60,758	2.00%	-
Party of Freedom and Solidarity (PAZS)	20,686	0.88%	-
National Reconciliation Party (PARENA)	18,220	0.60%	-
Independent Party of Mozambique (PIMO)	17,960	0.59%	-
Mozambique Social Broadening Party (PASOMO)	15,740	0.52%	-
Labor Party (PT)	14,242	0.47%	-
Social Liberal Party (SOL)	13,915	0.46%	-
Ecological Party-Land Movement (PE-MT)	12,985	0.40%	-
United Front for Change and Good Governance [MBG]	11,059	0.36%	-
Democratic Union (UD)	10,310	0.34%	-
Green Party of Mozambique (PVM)	9,950	0.33%	-
Liberal and Democratic Party of Mozambique (PALMO)	92,63	0.30%	-
Democratic Reconciliation Party (PAREDE)	9,026	0.30%	-
Union for the Salvation of Mozambique [USAMO]	8,661	0.29%	-
Broad Opposition Front [FAO]	7,591	0.25%	-
Mozambique Democratic Liberal Party (PADELIMO)	3,720	0.12%	-
United Congress of Democrats (CDU)	1,252	0.04%	-
Popular Democratic Party (PPD)	448	0.01%	-

Fonte: Elaborada por African Elections Database com base em Comissão Nacional de Eleições – CNE.

Se nas eleições de 1994 e 1999 houve um relativo equilíbrio entre os dois principais partidos do país, em 2004, como se pode observar na Tabela VI, inicia-se, de fato, um grande afastamento da oposição nos quadros políticos e uma grande dominância da FRELIMO no panorama governamental de Moçambique. No ano de 2004, quem representou a Frente de Libertação Nacional nas eleições presidenciais foi Armando Guebuza, o qual conquistou 2.004.226 votos, que representaram 63.74% dos votos válidos, ganhando, assim, o pleito. O partido concorrente, a Resistência Nacional Moçambicana, com o seu candidato Afonso Dhlakama, alcançou 998.059 dos votos e mais uma vez não conseguiu ganhar as eleições presidenciais por atingir apenas 31.74% da preferência eleitoral. Os demais candidatos obtiveram apenas 4,51% dos votos. Nas eleições legislativas a forte presença da FRELIMO garantiu 1.889.054 dos votos, 62.03% do total,<sup>128</sup> aumentando de forma significativa o número de assentos no parlamento em relação à eleição anterior.

Quando são analisadas as Tabelas V e VI, pode-se observar que, se, em 1999 a FRELIMO garantiu 133 assentos, esse número pulou para 160 em 2004, deixando apenas 90 vagas para a RENAMO, que conquistou 905.289 votos, 29.73% do total. Os dezoito partidos restantes não elegeram nenhum parlamentar, conseguindo apenas 8,24% dos votos da eleição legislativa.<sup>129</sup> Este distanciamento e maior ganho de poder da Frente de Libertação de Moçambique em relação à Resistência Nacional Moçambicana deu-se não por uma causa isolada, mas por um conjunto de fatores de revitalização dos quadros políticos do partido com o lançamento de novos nomes para as disputas eleitorais.

Com a chegada de Guebuza à direção nacional da FRELIMO, e com a sua campanha presidencial, o partido aproximou-se mais do meio rural e de redutos ora antes dominados e influenciados pela RENAMO. O forte uso do aparelho estatal em prol do partido também favoreceu o crescimento da FRELIMO que usou das estruturas governamentais para o próprio crescimento em face da desestruturação cada vez maior da RENAMO<sup>130</sup>, que não conseguiu projetar uma eficiente gestão partidária, principalmente por falta de renovação no seu cenário político.

Nas últimas eleições gerais do país em 2009, mais do que o crescimento da Frente de Libertação de Moçambique, o que ocorreu foi a grande queda de popularidade e de aprovação da Resistência Nacional Moçambicana, que chegou aos piores índices desde que começaram as eleições multipartidárias no país, por falta principalmente de renovação nos seus quadros

---

<sup>128</sup> COMISSÃO..., op. cit.

<sup>129</sup> Ibidem.

<sup>130</sup> FORQUILHA; ORRE, op. cit.

políticos. O partido Movimento Democrático de Moçambique foi o terceiro partido a eleger parlamentares para a Assembleia Nacional e obteve uma votação relativamente expressiva para um partido que nunca havia eleito nenhum político para o Congresso Nacional do País, como se vê na tabela a seguir:

**Tabela 7 – Resultado das Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique – 2009**

**28 October 2009 Presidential Election**

Registered Voters	9,871,949
Total Votes (Voter Turnout)	4,406,093 (44.6%)
Invalid/Blank Votes	440,208
Total Valid Votes	3,965,885

Candidate (Party)	Number of Votes	% of Votes
Armando Guebuza (FRELIMO)	2,974,627	75.01%
Afonso Dhlakama (RENAMO)	650,679	16.41%
Daviz Simango (MDM)	340,579	8.59%

**28 October 2009 Assembly of the Republic Election**

Registered Voters	9,871,949
Total Votes (Voter Turnout)	4,387,250 (44.4%)
Invalid/Blank Votes	493,392
Total Valid Votes	3,893,858

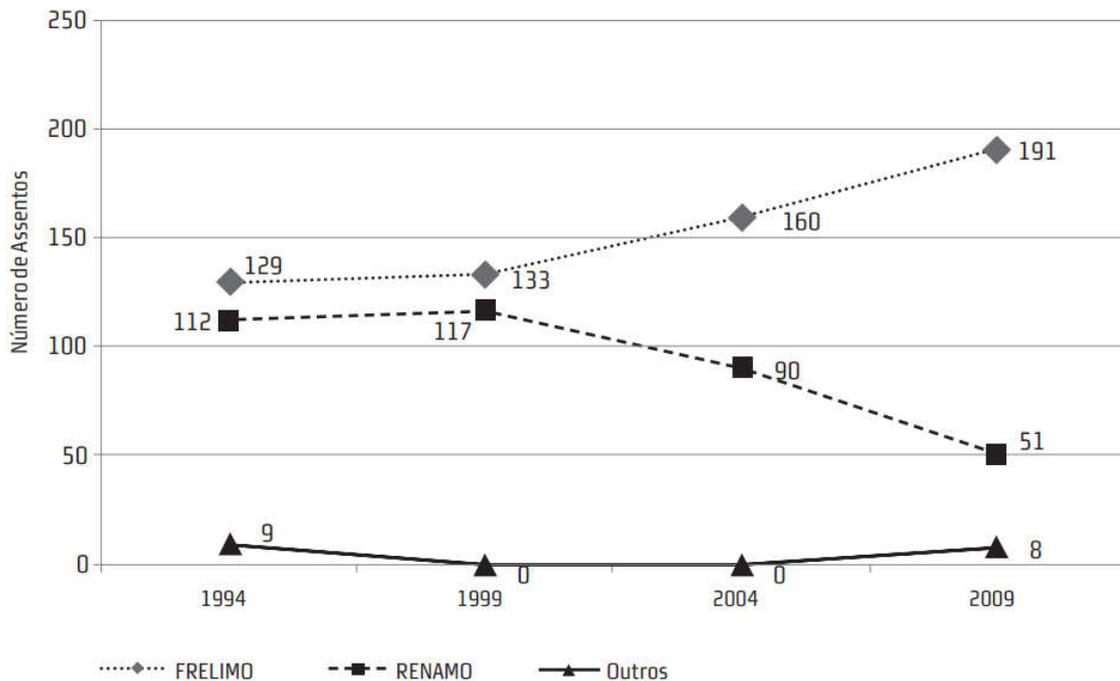
Party/[Coalition]	Number of Votes	% of Votes	Number of Seats (250)
Mozambique Liberation Front (FRELIMO)	2,907,335	74.66%	191
Mozambican National Resistance (RENAMO)	688,782	17.69%	51
Democratic Movement of Mozambique (MDM)	152,836	3.93%	8
Party of Freedom and Development (PLD)	26,929	0.69%	-
Party for Peace, Democracy, and Development (PDD)	22,410	0.58%	-
Green Party of Mozambique (PVM)	19,577	0.50%	-
Democratic Alliance of Veterans for Development [ADACD]	17,275	0.44%	-
Party of Freedom and Solidarity (PAZS)	16,626	0.43%	-
Independent Alliance Party of Mozambique (ALIMO)	14,959	0.38%	-
Electoral Union Coalition [UE]	6,786	0.17%	-
National Reconciliation Party (PARENA)	5,610	0.14%	-
Ecological Party-Land Movement (PEC-MT)	5,267	0.14%	-
Patriotic Movement for Democracy (MPD)	2,433	0.06%	-
Union of Mozambican Democrats (UDM)	2,190	0.06%	-
Union for Change (UM)	1,641	0.04%	-
Labor Party (PT)	1,239	0.03%	-
National Workers and Peasants Party (PANAO)	852	0.02%	-
Popular Democratic Party (PPD)	712	0.02%	-
Social Democratic Reconciliation Party (PRDS)	399	0.01%	-

Fonte: Elaborada por African Elections Database com base em Comissão Nacional de Eleições – CNE.

De acordo com a Tabela VII, pode-se constatar que o favoritismo da FRELIMO se manteve tanto no Legislativo como no Executivo. O presidente em exercício, Armando Guebuza, se reelegeu com 75.01% do eleitorado, conquistando 2.974.627 dos votos válidos. A distância entre a FRELIMO e a RENAMO aumentou ainda mais que nos últimos pleitos eleitorais. Em 2009 a Resistência Nacional Moçambicana obteve apenas 16.41% dos votos com 650.679 eleitores votantes em Afonso Dhlakama. Nas eleições para a Assembleia da República, o favoritismo da FRELIMO também foi confirmado com 2.907.335 eleitores a seu favor, o que corresponde a 74.66% dos votos e a 191 cadeiras no Parlamento.

A RENAMO, como se vê na Tabela VII, conquistou 51 cadeiras com 17.69% eleitorado, que representaram 688.782 votos. Como nas primeiras eleições multipartidárias de 1994, as eleições de 2009 tiveram um terceiro partido a conseguir assentos na Assembleia Nacional e a romper com o bipartidarismo na política governante do país.<sup>131</sup> Com 152.836 votos, o Movimento Democrático de Moçambique alcançou 3.93% do total de votos válidos e obteve 8 assentos no Congresso Nacional. A FRELIMO, como um partido dominante em Moçambique, conseguiu aumentar enormemente o seu poder político com a conquista de um maior número de assentos na Assembleia Nacional eleição após eleição, como veremos no gráfico a seguir.

**Gráfico 1 – Mandatos na Assembleia da República de 1994 a 2009**



Fonte: Elaborada por Forquilha e Orre, 2011 com base em CNE/STAE.

Consoante mostra o Gráfico 1, a FRELIMO aumentou o seu poder ano após ano com um maior número de parlamentares na Assembleia Nacional, fator esse que, aliado à dominância de 20 anos do partido no executivo, deu-lhe condições de governar o país sem necessitar de qualquer tipo de apoio ou acordo com os demais partidos. A supremacia de um partido dominador pode causar abalos no sistema democrático de qualquer país, haja vista que mesmo em sistemas democráticos com eleições livres e transparentes com direito ao voto para

<sup>131</sup> COMISSÃO ..., op. cit.

todos os adultos (como é o caso de Moçambique), quando não há o controle efetivo por parte de mais de um poder sobre as instituições legais, a instituição mais forte pode interferir na área de atuação das outras.

Portanto, quando há um partido centralizador, sobre o qual a oposição não tem poder suficiente para enfrentá-lo na esfera política, é comum que possa haver abuso de poder e de autoridade, bem como favorecimento dos aliados. Em Moçambique, com um forte sistema presidencialista concentrado, o Executivo acaba interferindo nos demais poderes. A Constituição do país até possui mecanismos de freios e contrapesos por meio da separação de poderes.<sup>132</sup> Contudo, a dominação do Estado pela FRELIMO limita severamente esse sistema de freios e contrapesos, uma vez que é dirigido pelo Executivo. O presidente nomeia os juízes para os tribunais superiores (do Conselho Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Administrativo), e seus presidentes são todos membros do partido, que estão perto do presidente da República<sup>133</sup>. Por sua vez, o Legislativo com maioria esmagadora dos parlamentares da Frente de Libertação de Moçambique aprova leis sem a necessidade de fazer emendas ou acordos políticos. Com relação a esse ponto, Salvador Cadete Forquilha e Aslak Orre consideram que:

Neste sentido, pode-se considerar que, em Moçambique, as transformações políticas no âmbito da “transição democrática” não foram capazes de trazer mudanças significativas nas lógicas de funcionamento das novas instituições. Em muitos casos, a hegemonia política da Frelimo retira transparência, abertura e inclusão no funcionamento das instituições públicas, tornando-as, em muitos aspectos, semelhantes ao que eram durante a vigência do regime de partido único, com consequências para a participação política em geral.<sup>134</sup>

Isto posto, é possível perceber como as influências de partido único antes da multipartidarização do país em 1994 e a correlação de forças no âmbito da guerra civil<sup>135</sup> refletem de maneira a induzir a concentração de poder em um único grupo político, mesmo em um ambiente onde outros conjuntos podem ascender ao poder, mas não logram devido a não conseguirem mudar o status quo. São muitos os problemas advindos da não alternância de poder, como os abusos de autoridade, corrupção endêmica e mesmo a falta de separação dos poderes<sup>136</sup>, que prejudicam a isonomia e equidade das demais autoridades estatais que

---

<sup>132</sup> BERTELSMANN Stiftung, BTI 2012 — Mozambique Country Report. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2012.

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> FORQUILHA; ORRE, op. cit.

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andrea E. **Como limpar as nódoas do processo democrático?** Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990–2003). Moçambique: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

não sejam do poder executivo central. A cultura política caracterizada por estruturas neopatrimoniais <sup>137</sup> que está instalada no país acaba por pôr a consolidação da estrutura democrática em risco, pelo fato de ser um fator que contamina as instituições políticas e causa descontentamento e desaprovação por parte da sociedade. <sup>138</sup>

---

Com as eleições de 1994, 1999, 2004 e 2009, é possível perceber pelos resultados eleitorais que a supremacia da FRELIMO como partido predominante é muito grande e que o partido consegue governar Moçambique praticamente sem uma oposição que consiga enfrentá-los ou que consiga superá-los nas votações da Assembleia Nacional, já que a FRELIMO tem maioria no parlamento e consegue aprovar leis sem necessitar fazer acordos ou concessões políticas. Mesmo com forte oposição da RENAMO, o número de parlamentares eleitos por esse é muito inferior em relação à FRELIMO, e os demais partidos políticos nem sequer têm espaço na Assembleia Nacional. Assim sendo, a representação política em Moçambique não abrange o total da população, e isso se mostra pelo país ainda ter a grande supremacia de um partido e pelos demais não conseguirem mobilizar a população pelo seu discurso político. Para Salvador Cadete e Aslak Orre,

Esse controlo apresenta-se como um desafio para o processo de consolidação democrática, e consubstancia-se, entre outros aspectos, nas sucessivas e sistemáticas revisões da lei eleitoral, na instabilidade das instituições da administração eleitoral, na transformação dos conselhos locais distritais em meros espaços de consulta, na ausência de uma política e estratégia claras de descentralização, no lento processo de municipalização do país, enfim, numa aberta partidarização do Estado e o consequente défice de inclusão política. <sup>139</sup>

Este grande poder que a FRELIMO exerce sobre a política do país de forma hegemônica foi sendo construído desde o surgimento da Frente como um grupo guerrilheiro e foi se solidificando nos anos posteriores ao processo de paz. Como se pode ver adiante, nos processos eleitorais, a dominância da Frente de Libertação de Moçambique é absoluta em todos os pleitos.

Através da análise de todo o processo eleitoral desde a sua criação como consequência da assinatura e do cumprimento dos termos do Acordo Geral de Paz de 1992 pode-se perceber

---

<sup>137</sup> Ibidem.

<sup>138</sup> Este descontentamento crescente foi observado no último *Afrobarometer Survey*, onde 39% dos entrevistados caracterizou o actual sistema político como uma democracia com grandes deficiências e apenas 10% considerou Moçambique como uma democracia completamente enraizada. LALÁ: OSTHEIMER, op. cit., p. 8.

<sup>139</sup> FORQUILHA; ORRE, op. cit., p. 36.

que ainda existem problemas de grande magnitude relacionados à não alternância de poder que ainda compromete a estabilidade política da situação seguinte ao conflito na reconstrução de Moçambique pós-ONUMOZ. Um dos grandes desafios é a manutenção de um Estado democrático de direito forte e estável em face do domínio de um único partido na esfera política. “Nos próximos anos, o multipartidarismo corre o risco de tornar-se em pouco mais que a coexistência entre um partido dominante e vários outros partidos menores e com pouca força política”<sup>140</sup>. Desde as primeiras eleições democráticas, em 1994, Moçambique tem mantido regularmente eleições presidenciais e parlamentares em nível nacional. Desde 2004, o país também tem visto duas eleições locais, enquanto as eleições das assembleias provinciais foram realizadas em 2009. As eleições têm sido geralmente livres, embora nem sempre o processo se desencadeie de forma justa. Esse fato ocorre pelo fato de a FRELIMO usar recursos do Estado para fazer campanha eleitoral e de ter acesso privilegiado aos meios de comunicação.<sup>141</sup> Conforme relatório da Africa Governance Monitoring and Advocacy Project (AfriMA), outro fator preocupante é a baixa participação da sociedade nos processos governamentais. Nas eleições gerais de 2004, a porcentagem de abstenção chegou a 63% e em 2009, a 56%<sup>142</sup>. Esses altos números revelam que a população está participando cada vez menos dos processos políticos formais, com uma tendência a partir das eleições de 2004 de um menor número de votantes, já que pela Constituição do país o voto não é obrigatório. Todos esses problemas políticos intervêm no desenvolvimento tanto econômico como social do país, prejudicando os indicadores sociais e humanitários, como será visto no seguinte tópico deste capítulo.

### 4.3 INDICADORES SOCIAIS DE MOÇAMBIQUE PÓS-ONUMOZ

Moçambique, antes de se tornar um Estado soberano, era um dos países mais pobres do mundo. A guerra civil instalada logo após a independência em 1975 agravou ainda mais a situação. Contudo, a partir de 1987 o governo da FRELIMO empreendeu uma série de

<sup>140</sup> RELATÓRIO da Africa Governance Monitoring and Advocacy Project (AfriMAP ) e da Open Society Initiative for Southern Africa. Moçambique Democracia e Participação Política. Open Society Institute Network, 2009. p. 3.

<sup>141</sup> GUILAMBA, Casimiro Sabino. **Democracia e políticas de proteção social em Moçambique**: uma análise dos avanços e desafios do aparato jurídico-institucional a partir da década de 1990. 2009. Monografia (Graduação em Serviço Social)-Departamento de Serviço Social, UFSC, 2009.

<sup>142</sup> RELATÓRIO ..., op. cit., p. 8.

reformas macroeconômicas projetadas para estabilizar a economia.<sup>143</sup> Com o fim da guerra civil, a assinatura do Acordo Geral de Paz e a instalação da ONUMOZ, o país começou a ter estabilidade política com a implantação de eleições regulares, o que refletiu nas taxas de crescimento do Estado. Na saúde e educação houve grandes avanços, como comenta Teresa Maria da Cruz e Silva:

Duas das grandes áreas de investimento na área social, foram a saúde e a educação. Na educação, tentando contrariar as políticas coloniais, criam-se condições para a entrada massiva de crianças nas escolas primárias, e priorizaram-se estratégias para diminuir rapidamente os índices de analfabetismo e promover a educação de adultos. Na área da saúde, criaram-se programas de saúde rural, tentando assim estender a rede sanitária a todo o país e privilegiando a medicina preventiva. No seu processo de intervenção, com vista à massificação dos serviços sociais, o Estado procede à nacionalização da saúde, da educação e da habitação.<sup>144</sup>

Segundo Silva, houve grandes avanços na área social do país depois que a FRELIMO assumiu o controle do país. Com a nova Constituição datada de 1990 e a permissão de eleições multipartidárias, viu-se um novo alvorecer de Moçambique no campo político. Entretanto, com o passar dos anos e após o enfraquecimento dos partidos políticos de oposição e ganho de poder e de hegemonia da FRELIMO que foi ocorrendo nas eleições multipartidárias, a ajuda externa que o país vinha recebendo para a sua reconstrução pós-ONUMOZ acabou sendo um fator de maior comprometimento do governo com agentes externos do que propriamente com a sociedade civil.<sup>145</sup> Deste modo, o Estado alinhou mais as suas posições de acordo com as pretensões dos agentes doadores internacionais do que com a sua própria população. Essa falta de políticas públicas mais voltadas para os cidadãos causa entraves ao efetivo direito a cidadania e problemas como a pobreza, crescente desigualdade e falta de uma estrutura regular do Estado para o atendimento à população, que contribuem para baixos índices de desenvolvimento no país.

Moçambique possui grande parte dos seus indicadores abaixo do esperado para que a população possua de fato bem-estar social, e mesmo sendo uma das economias que mais

<sup>143</sup> CIA – The World Factbook. **Mozambique**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>>. Acesso em: 23 Jun. 2014.

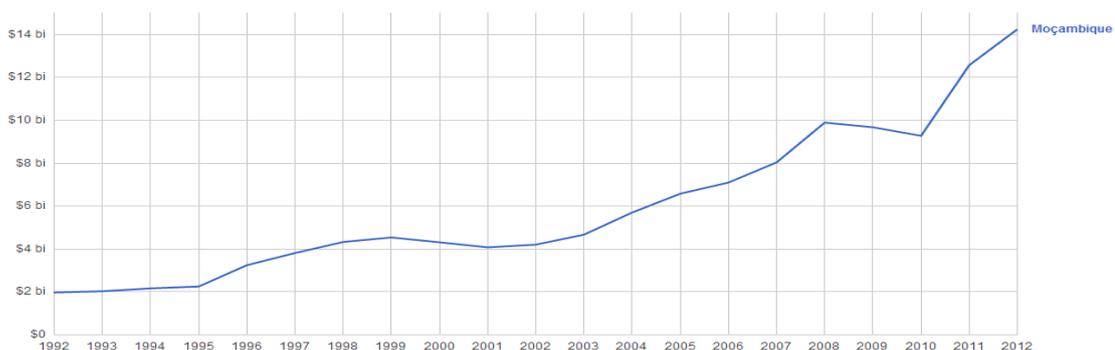
<sup>144</sup> SILVA, Teresa Maria da Cruz. **Moçambique**: um perfil. Centro de Estudos Sociais. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

<sup>145</sup> RELATÓRIO ..., op. cit.

crecem na África <sup>146</sup>, os números revelam um nível ainda baixo de desenvolvimento humano no país. Segundo dados da Organização das Nações Unidas <sup>147</sup>, a expectativa de vida ao nascer ainda é baixa, de 51,8 anos para as mulheres e de 50 anos para os homens. A taxa de mortalidade infantil é de 77,9 <sup>148</sup> a cada 1.000 nascidos vivos, porcentagem bem maior se comparada aos países desenvolvidos. Outro dado que promove grande espanto é que apenas 5,7% das mulheres e 4,6% <sup>149</sup> dos homens têm idade superior a 60 anos, logo, o país conta com uma pequena população de idosos, dado bem típico de países pobres.

Apesar dos indicadores ainda estarem em um patamar baixo, houve avanços no país nos anos posteriores ao fim da Operação de Manutenção de Paz, a ONUMOZ. Com o fim da guerra civil que assolou todo o território e a estabilização em grande medida gerenciada pela missão, Moçambique pôde crescer, ainda que em passos moderados, já que as mudanças ocorrem de forma lenta e gradual. A seguir é feita análise do Produto Interno Bruto <sup>150</sup> em um período de 20 anos, começando em 1992, ano em que foi assinado o Acordo Geral de Paz e em que a ONU decidiu desenvolver a missão de paz para a estabilização e reestruturação do país.

**Gráfico 2 – Produto Interno Bruto de Moçambique de 1992 a 2012**



**Fonte:** Banco Mundial.

<sup>146</sup> AFRICA Progress Panel. **Grain Fish Money**. Financing Africa's Green and Blue Revolutions. Africa Progress Report 2014. Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em: <[http://africaprogresspanel.org/wp-content/uploads/2014/05/APP\\_AR2014\\_LR.pdf](http://africaprogresspanel.org/wp-content/uploads/2014/05/APP_AR2014_LR.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

<sup>147</sup> UN DATA. United Nations Statistics Division. **Mozambique**. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Mozambique>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> Ibidem.

<sup>150</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) "É uma medida do valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços. O seu objetivo é medir a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. Quanto mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo." Através da apreciação do PIB podemos inferir o grau de riqueza ou pobreza de uma determinada nação. In: ENTENDA O PIB. **G1 Economia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

O Produto Interno Bruto de Moçambique após a conclusão da ONUMOZ começa a ter uma trajetória ascendente, como se pode observar no gráfico acima, e de US\$ 1.968 bilhão em 1992, ele salta para US\$ 2.246 bilhão <sup>151</sup> em 1995 quando a missão encerra de fato as suas atividades no país. A partir de 1995 há um maior nível de crescimento do PIB, o que caracteriza uma maior acumulação de riquezas e de bens produzidos no país. Nesses 20 anos após as negociações do processo de paz, o indicador mencionado aumenta 7 vezes, chegando a US\$ 14.243 bilhão <sup>152</sup> em 2012. Mesmo com todos os problemas já mencionados, de falta de alternância de poder e indicadores sociais ainda débeis, é inegável que Moçambique passou por um período político e econômico bem diferente da situação de caos que envolvia o país no pós-independência e durante os penosos anos da guerra civil, como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho. Com a transição de um regime de cunho socialista para uma economia de mercado, veio a ajuda externa de países e instituições doadoras, e, assim, o país melhorou, contudo ainda necessita evoluir muito os rumos sociais e econômicos.

Neste sentido, o país ainda precisa melhorar os seus índices de pobreza que assolam os cidadãos e causam um fosso cada vez maior de desigualdade entre parte da população mais pobre em relação aos abastados. Na zona rural os números são alarmantes. Os camponeses ganham na média apenas USD \$30 dólares <sup>153</sup> por ano, e quando a análise é feita com os 40% mais pobres da população, esse número é ainda menor, USD \$12 <sup>154</sup> per capita por ano. Quando se considera que este pequeno valor é para todo o consumo pessoal, como comida e insumos agrícolas para a plantação de subsistência, pode-se perceber que muitos moçambicanos ainda vivem em situação de extrema miséria. Com uma população total de 24.366.112 habitantes (INE, projeção 2013), <sup>155</sup> apenas 43% <sup>156</sup> têm acesso a água potável e 19.3% <sup>157</sup>, a saneamento seguro.

Para Joseph Hanlon “A pobreza está a aumentar e a aprofundar-se em Moçambique, alargando, conseqüentemente, o fosso entre a metade dos mais pobres da população

<sup>151</sup> THE WORLD Bank. Data. **Mozambique**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/mozambique>>. Acesso em: 7 jun.2014.

<sup>152</sup> Ibidem.

<sup>153</sup> MATHER, David; CUNGUARA, Benedito; BOUGHTON, Duncan. Household Income and Assets in Rural Mozambique, 2002 -2005. Ministério da Agricultura, Maputo, e Michigan State University. **Research Report**, n. 66, December 2008. p. 22.

<sup>154</sup> Ibidem

<sup>155</sup> Instituto Nacional de Estatística. **Portal de Dados de Moçambique**. 2013. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

<sup>156</sup> Instituto Nacional de Estatística. **Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008**. Disponível em: <[http://www.childinfo.org/files/MICS3\\_Mozambique\\_FinalReport\\_2008\\_Pt.pdf](http://www.childinfo.org/files/MICS3_Mozambique_FinalReport_2008_Pt.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

<sup>157</sup> Instituto Nacional de Estatística. **Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011**. Disponível em: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR266/FR266.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

e a metade dos que se encontram em melhores condições, apesar do rápido crescimento do PIB e da impressionante expansão de estradas, eletricidade e escolas.<sup>158</sup>

Essa desigualdade que ainda assola Moçambique foi um dos temas tratados pelo Relatório de Autoavaliação do País, realizado pelo Fórum Nacional do MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares) em 2009. Segundo o relatório, o número de pessoas abaixo da linha da pobreza em Moçambique cresce a cada ano, e mesmo com indicadores macroeconômicos crescentes, esses números acabam não sendo revertidos para parte da população mais miserável.

Nota-se que os programas económicos têm ignorado de forma notória a questão da distribuição no que respeita a quem são os principais beneficiários do crescimento, pois este, ao invés de ser abrangente, se concentra em pequenos grupos, ou camadas sociais restritas. Os indicadores mais credíveis apontam para um aumento em termos absolutos do número de pessoas abaixo do mínimo para subsistência, mesmo se a taxa de pobreza extrema (ou absoluta) tenha diminuído entre 1996/7 até 2002/3. Apesar de no processo de descentralização o distrito ser considerado pólo de desenvolvimento, o que é louvável, esta importância não se reflete ainda no cenário orçamental, visto que os dados demonstram que apenas 3% do orçamento do Estado é alocado aos distritos para investimento local. As províncias são alocadas cerca de 30% do orçamento de Estado, ficando o Governo central com a grande maioria da percentagem do orçamento (67%).<sup>159</sup>

Esse panorama de pobreza acaba gerando um potencial de exclusão social e de conflitos. As políticas públicas ainda não conseguem resolver grande parte dos problemas do país, principalmente os relacionados à pobreza. Isto pode ser comprovado pela disparidade da renda da população que vem crescendo, pois que as famílias mais pobres em 2005 têm ainda menos poder de compra que em 2002, enquanto a parte populacional mais rica do país em 2005 está mais rica do em 2002.<sup>160</sup> Como grande parte dos cidadãos são pobres, muitos vivem em um reduto miserável e nem sequer podem comprar produtos essenciais para a subsistência. Desta forma, os empréstimos produtivos concedidos pelo governo para os pequenos comerciantes, com o intuito de dinamizar a economia local, muitas vezes acabam sem resultado, já que os comerciantes não conseguem vender os seus produtos por falta de

<sup>158</sup> HANLON, Joseph. Basta dar dinheiro aos pobres. In: **Proteção Social: abordagens, desafios e experiências** para Moçambique. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2009. p. 177.

<sup>159</sup> FÓRUM Nacional do MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares). 2009. **Relatório de Auto avaliação do País**, Tomo 1, Maputo: MARP. Disponível em: <<http://omrmz.org/index.php/biblioteca/category/116-marp>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

<sup>160</sup> MATHER; CUNGUARA; BOUGHTON, op. cit.

demanda. Grande parte da população é tão pobre que nem mesmo tem o dinheiro necessário para comprar insumos e produtos essenciais do dia a dia.<sup>161</sup>

Outra marca da pobreza no país são as elevadas taxas de analfabetismo. Segundo dados do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2007<sup>162</sup>, no ano anterior os índices de analfabetismo chegavam a 53,6% da população. Apenas 6,9% dos moçambicanos tinham ensino secundário e somente 0,3% já obtiveram alguma graduação no ensino superior. Esses dados mostram como o país é muito carente de mão de obra especializada em todos os setores econômicos e sociais. No mesmo ano, em 2007, foi divulgado um estudo do Banco Mundial<sup>163</sup> sobre os agregados familiares que passaram fome nos últimos 12 meses e os números são alarmantes, pois 43,2% da população urbana havia passado fome nos meses pesquisados e mais da metade da população rural, 52,5%, não teve o acesso mínimo a alimentação digna. Todos estes dados demonstram que mesmo com o crescimento macroeconômico, ainda é preciso melhorar, e muito, os indicadores sociais. Embora com um grande crescimento do Produto Interno Bruto, grande parte dessa riqueza não tem reflexo algum na maioria pobre do país.

Entretanto, mesmo com muitos indicadores sociais a serem melhorados é inegável o crescimento do país depois da assinatura do Acordo Geral de Paz e a implantação da Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), o que pode ser visto tanto no crescimento de Moçambique em relação aos outros países da África<sup>164</sup>, como em relação ao grande crescimento do PIB, segundo foi observado nesta seção. Com maior estabilidade econômica e política o país conseguiu manter o seu sistema de eleições multipartidárias, tornando-o assim um país mais democrático e estável após o Acordo Geral de Paz e a ONUMOZ.

---

<sup>161</sup> HANLON, op. cit., p. 177.

<sup>162</sup> Governo de Moçambique. **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2007**. Disponível em: <<http://www.mz.one.un.org/por/Recursos/Publicacoes/Relatorio-de-Desenvolvimento-Humano-de-Mocambique-2007>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

<sup>163</sup> World-Bank. **Beating The Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy**. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment. Washington D.C: The World Bank, 2007.

<sup>164</sup> FUNDO Monetário Internacional. Departamento de Comunicação. Comunicado de Imprensa n. 14/244 para divulgação imediata. **Abertura da Conferência Conjunta do FMI e de Moçambique “África em Ascensão”**. Washington D.C., 28 maio 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2014/pr14244p.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, foram feitas as considerações iniciais no primeiro capítulo. No segundo capítulo foi contextualizada a história de Moçambique, desde o seu passo colonial até o surgimento de grupos que lutaram para a independência do território, culminando com o nascimento da FRELIMO e, mais adiante, com a independência do país e o seu mergulho na guerra civil, objetivando contextualizar o leitor a respeito do país trabalhado. No terceiro capítulo foram apresentados os antecedentes da Operação de Manutenção de Paz em Moçambique, abordando o Acordo Geral de Paz como instrumento para a sua institucionalização e para a saída da guerra civil, bem como foi abordado o desenvolvimento da missão, para depois ser chegar à implantação do sistema de eleições multipartidárias, fruto do Acordo de Paz e cuja implantação foi auxiliada pela ONUMOZ, no quarto capítulo.

Desta forma, a seção final deste trabalho analisou a importância das eleições pós-processo de paz e os indicadores sociais de Moçambique pós-ONUMOZ. O capítulo investigou as repercussões de mais 20 anos da conclusão do processo de paz e de quase quatro décadas de independência através dos indicadores sociais e econômicos do país principalmente após 1992.

No presente trabalho, através do método dedutivo e da técnica bibliográfica e documental, comprovou-se a hipótese levantada, inicialmente, a respeito do sistema democrático de eleições multipartidárias, de que Moçambique com o auxílio da ONUMOZ pôde estruturar o seu sistema político de forma mais abrangente que permitisse a participação dos demais partidos políticos nas eleições, fato que não ocorria antes do AGP e da missão de paz.

Portanto, concluiu-se que, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, na Comunidade de Santo Egídio na Itália e com a implantação da ONUMOZ através da Resolução 797 de 16 de Dezembro de 1992, Moçambique conseguiu manter um sistema democrático de eleições, ainda que com problemas na sua execução, mas que não inviabilizam o processo eleitoral.

Sendo assim, a assinatura do AGP e a instalação da Operação de Paz das Nações Unidas foram de extrema importância para o país. Somente com a paz, que esteve ausente desde a luta por independência até a assinatura do tratado de 1992, Moçambique pôde vislumbrar um futuro diferente e que não fosse apenas destruição. Depois de passar pelo processo de paz, o país é considerado um exemplo de sucesso na reconstrução pós-conflito.

Um dos grandes desafios não somente para o governo, mas também para sociedade civil, ONGs, organizações estudantis e trabalhadores são os rumos políticos que o país vai seguir nos próximos anos, na medida em que a consolidação de uma verdadeira democracia ainda é uma pauta em construção na sociedade moçambicana.

Depois dos embates que já foram travados na luta para a independência e na guerra civil, Moçambique se vê em outro grande dilema. O de inclusão da população como um todo, da governança participativa e do sentimento de representação da população nas esferas do poder público. Os desafios sociais, econômicos e políticos da geração de moçambicanos pós-Acordo Geral de Paz refletem sobre os ganhos e dificuldades da globalização. A inserção do país no cenário internacional, através das exportações de produtos primários, não tem conseguido resolver os problemas econômicos internos, que são as grandes celeumas a serem resolvidas nos tempos atuais.

Os baixos índices de desenvolvimento humano (grande analfabetismo, baixa expectativa de vida ao nascer, acesso restrito à escolarização) acabam sendo um entrave para o desenvolvimento social e econômico do país. Depois da estabilização realizada pela ONUMOZ, outros desafios se impuseram na agenda de Moçambique e ainda precisam ser enfrentados pelo governo, pela sociedade civil e sociedade internacional, pois grande parte dos atrasos socioeconômicos dos países africanos é o legado de uma dura herança de um passado colonial de exploração, destruição e guerras civis. Logo, os países desenvolvidos e os organismos internacionais têm o dever tanto moral como humanitário de ajudar na reconstrução dos países com grande atraso social e econômico.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Aniceto; MARTELO, David. **A guerra de libertação em Moçambique**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. 20\_. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/101.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

AFRICA Progress Panel. **Grain Fish Money**. Financing Africa's Green and Blue Revolutions, Africa Progress Report 2014. Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em: <[http://africaprogresspanel.org/wp-content/uploads/2014/05/APP\\_AR2014\\_LR.pdf](http://africaprogresspanel.org/wp-content/uploads/2014/05/APP_AR2014_LR.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

AFRICAN Elections Database. **Elections in Mozambique**. Disponível em: <<http://africanelections.tripod.com/mz.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

ALFANE, Rufino. **Autoridade Tradicional em Moçambique**. Educação Cívica na sociedade tradicional. Maputo: MAE, 1996.

ARAÚJO, Sara. Pluralismo jurídico em Moçambique. Uma realidade em movimento. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 6, jan.-jun. 2008. ISSN: 1809-2721.

BALOI, Obede Suarte et al. **Comparative Study of the use and development of Governance Indicators in Africa - The Case of Mozambique**. Final Report. Centre for Democracy and Development Studies (CEDE), 2010.

BARBOSA, Elaine Senise. Conferência de Berlim (1884 – 1885). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2008.

BERTELSMANN Stiftung, BTI 2012 — Mozambique Country Report. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2012.

BRACO, Luís Castelo. As missões da ONU na África Austral: sucessos e fracassos. **Nação e Defesa**, n. 105, p.81-101, 2003. (2ª série).

BRITO, Luís de. O Sistema Eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2009.

\_\_\_\_\_. Revisão da Legislação Eleitoral Algumas propostas para o debate. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2011.

BRITO, Luís de; FRANCISCO, António; PEREIRA, Cândido G; ROSÁRIO, Domingos do. **Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito**. Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.

BRÜCK, Tilman. Guerra e desenvolvimento em Moçambique. **Análise Social**, v. 33, n. 149, p.1019-1051, 1998.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475 p. Tese (Pós-Graduação em Antropologia Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Identidades, conflito e liberdade. **Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, Lisboa Lisboa: ICS, n. 4/5, 2004.

CAU, Hilário Simões. **A construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil**. 2011. 132 p. Tese (Pós-Graduação em Ciências Políticas)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. Angola e Moçambique: As operações de paz. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**. Artigos. v 4, ano 2, 2007.

COMISSÃO Nacional de Eleições (CNE) e Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE). Disponível em: <<http://www.stae.org.mz/index.php/en/ct-menu-item-31/eleicoes-gerais-e-legislativas>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha. **As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais**. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

COUTO, Mia. Moçambique – 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor? (Ensaio). **Revista Via Atlântica**, São Paulo: FFLCH/USP, n. 8, p. 191-204, 2005.

CRAVO, Teresa Paula de Almeida. **What's in a Label? The Aid Community's Representations of Success and Failure in Mozambique and Guinea-Bissau**. 2012. Dissertation of Doctor of Philosophy. University of Cambridge, 2012.

DAHL, Robert. **On Democracy**. New Haven: Yale Press, 2003.

EGERO, Bertil. People's Power: The Case of Mozambique. In: MUNSLOW, Barry et al. **Africa: Problems in the Transition to Socialism**. London: Zed Books, 1986. p. 114-139.

ENTENDA o PIB. **G1 Economia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999. p. 40.

FORQUILHA, Salvador Cadete; ORRE, Aslak. Transformações sem mudanças? Os Conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2011.

FÓRUM Nacional do MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares). 2009. Relatório de Auto avaliação do País. Tomo 1, Maputo: MARP. Disponível em: <<http://omrmz.org/index.php/biblioteca/category/116-marp>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

FRANSCISO, António. Sociedade Civil em Moçambique – Expectativas e Desafios. In: BRITO, Luís de et al. (Org.). **Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2009.

FRELIMO. **Eduardo Chivambo Mondlane - Biografia**. Disponível em: <<http://www.frelimo.org.mz/presidentes/eduardo-mondlane>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

FUNDO Monetário Internacional. Departamento de Comunicação. Comunicado de Imprensa n. 14/244 para divulgação imediata. **Abertura da Conferência Conjunta do FMI e de Moçambique “África em Ascensão”**. Washington D.C., 28 maio 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2014/pr14244p.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

GENERAL Peace Agreement for Mozambique. United States Institute of Peace. Peace Agreements Digital Collection. USIP Library, March 26 2002. Disponível em: <[http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace\\_agreements/mozambique\\_1991-92.pdf](http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/mozambique_1991-92.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2014.

GRAÇA, Pedro Borges. O projecto pessoal e político de Eduardo Mondlane. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. 2012, Lisboa. **Atas...** Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/t04c01.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

GUILAMBA, Casimiro Sabino. **Democracia e políticas de proteção social em Moçambique**: uma análise dos avanços e desafios do aparato jurídico-institucional a partir da década de 1990. 2009. Monografia (Graduação em Serviço Social)-Departamento de Serviço Social, UFSC, 2009.

HANLON, Joseph. Basta dar dinheiro aos pobres. In: **Proteção Social**: abordagens, desafios e experiências para Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2009. HERMELE, Kenneth . **Moçambique numa encruzilhada**: Economia e Política na era de ajustamento estrutural. Bergen, Noruega, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios, 1875 – 1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HONWANA, João Bernardo. **The United Nations and Mozambique**. A Sustainable Peace? Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

INSTITUTO Nacional de Estatística. **Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008**. Disponível em: <[http://www.childinfo.org/files/MICS3\\_Mozambique\\_FinalReport\\_2008\\_Pt.pdf](http://www.childinfo.org/files/MICS3_Mozambique_FinalReport_2008_Pt.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2014.

INSTITUTO Nacional de Estatística. **Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011**. Disponível em: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR266/FR266.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

INSTITUTO Nacional de Estatística. **Portal de Dados de Moçambique, 2013**. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

JUERGENSEN, Olaf Tataryn. The United Nations Comes to the Hinterland: Peacebuilding and Reconstruction in Mozambique. **The Peacebuilding and Reconstruction Program Initiative, IDRC**, Working Paper n. 2, 199-.

LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andrea E. **Como limpar as nódoas do processo democrático?** Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990–2003). Moçambique: Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], n. 16/17, 2009. Disponível em: <<http://cea.revues.org/189>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

MATHER, David; CUNGUARA, Benedito; BOUGHTON, Duncan. Household Income and Assets in Rural Mozambique, 2002 -2005. Ministério da Agricultura, Maputo, e Michigan State University. **Research Report**, n. 66, December 2008.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique**: século XX. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUNSLOW, Barry (Ed.). **Africa**: Problems in the Transition to Socialism. London: Zed Books, 1986, pp.114 -139. il. ISBN 0862324289.

O ACORDO de Lusaka, 1974. Universidade de Coimbra, Centro de Documentação. Coimbra, 25 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

PEREIRA, Helena Quoniam Vicente. **O papel da igreja católica no processo de desenvolvimento em Moçambique**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional)- Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Informação geral sobre Moçambique**. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Penetração Colonial**. Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2007. Disponível em: <<http://www.mz.one.un.org/por/Recursos/Publicacoes/Relatorio-de-Desenvolvimento-Humano-de-Mocambique>>. 2007.

PROCESSO de observação das eleições de 1999 em Moçambique. Relatório Final. Centro Carter, 2000. p. 4. Disponível em: <<https://www.cartercenter.org/documents/281.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

PUREZA, José Manuel et al. As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. **Oficina do CES**, n. 290, nov. 2007.

RELATÓRIO da Africa Governance Monitoring and Advocacy Project (AfriMAP ) e da Open Society Initiative for Southern Africa. **Moçambique: Democracia e Participação Política**. Open Society Institute Network, 2009.

REPORT of the Secretary-General to the Security Council in 1994. Report of the Secretary-General on Mozambique. United Nations. S/1994/1196. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/411/21/PDF/N9441121.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 1º maio 2014.

ROCCA, Roberto Morozzo della. **A Paz: Como Moçambique saiu da guerra**. Maputo: Central Impressora e Editora de Maputo, SARL, 2012.

SHTOFMAN, Sean; KNAPPAGE, Leah. Analysis of the General Peace Agreement for Mozambique. 2012. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2270149/Analysis\\_of\\_The\\_General\\_Peace\\_Agreement\\_for\\_Mozambique](https://www.academia.edu/2270149/Analysis_of_The_General_Peace_Agreement_for_Mozambique)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SILVA, Nilce. Eduardo Chivambo Mondlane no século XXI. **Revista ACOALFAPlp - Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, ano 3, n. 6, 2009. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: mar. 2009. p. 39.

THE World Bank. Data. **Mozambique**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/mozambique>>. Acesso em 07 jun. 2014.  
UN DATA. United Nations Statistics Division. **Mozambique**. Disponível em: <<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Mozambique>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

TOLLENAERE, Marc de. Apoio a Democratização a Moçambique Pós-Conflicto: Intenções e Resultados. Netherlands Institute of International Relations Clingendael, 2006.

UN Security Council. Resolution 797 (1992). Adopted by the Security Council at its 3149th meeting, on 16 December 1992, 16 December 1992, S/RES/797 (1992). Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f16548.html>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolution 818 (1993). Adopted by the Security Council at its 3198th meeting, on 14 April 1993, 14 April 1993, S/RES/818. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f16514.html>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolution 850 (1993). Adopted by the Security Council at its 3253rd meeting, on 9 July 1993, 9 July 1993, S/RES/850. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f1632c.html>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolution 863 (1993). Adopted by the Security Council at its 3274th meeting on 13 September 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/863>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolution 879 (1993). Adopted by the Security Council at its 3300th meeting, on 29 October 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/files/1993/00879.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolution 882. (1993). Adopted by the Security Council at its 3305th meeting, on 5 November 1993. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/882>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolution 898 (1994). Adopted by the Security Council at its 3338th meeting, on 23 February 1994, 23 February 1994, S/RES/898. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f21b40.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Security Council Resolution S/RES/598 (1987). Resolution 598 (1987) Adopted by the Security Council at its 2750th meeting on 20 July 1987. S/RES/598. Disponível em <[http://www.parstimes.com/history/un\\_598.html](http://www.parstimes.com/history/un_598.html)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Security Council Resolution S/RES/660 (1990). Adopted by the Security Council at its 2932nd meeting on 2 August 1990, S/RES/660. Disponível em <<http://govt.eserver.org/gulf-war/un-resolutions-660-666.txt>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Security Council Resolution S/RES/960 (1994) Resolution 960 (1994). Adopted by the Security Council at its 3464th meeting, on 21 November 1994, 21 November 1994, S/RES/960. Disponível em <<http://www.refworld.org/docid/3b00f15683.html>>. Acesso em: 1º maio 2014.

UNITED Nations Operation in Mozambique. **Background**. 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onumozFT.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

UNITED Nations Security Council. **Reports of the Security Council Missions**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/missions/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

WORLD-BANK. **Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy**. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment. Washington D.C: The World Bank, 2007.

ANEXO: UN SECURITY COUNCIL. RESOLUTION 797 (1992). ADOPTED BY THE SECURITY COUNCIL AT ITS 3149<sup>TH</sup> MEETING, ON 16 DECEMBER 1992, 16 DECEMBER, S/RES/797 (1992).

UNITED  
NATIONS

S



Security Council

Distr.  
GENERAL

S/RES/797 (1992)  
16 December 1992

RESOLUTION 797 (1992)

Adopted by the Security Council at its 3149th meeting,  
on 16 December 1992

The Security Council,

Recalling its resolution 782 (1992) of 13 October 1992,

Recalling also the statement of the President of the Security Council of 27 October 1992, 1/

Having considered the report of the Secretary-General dated 3 December 1992, 2/

Stressing the importance it attaches to the General Peace Agreement for Mozambique 3/ and to the fulfilment by the parties in good faith of the obligations contained therein,

Noting the efforts made so far by the Government of Mozambique and the Resistência Nacional Moçambicana to maintain the cease-fire, and expressing concern over the delays in initiating some of the major tasks arising from the General Peace Agreement,

Welcoming the appointment by the Secretary-General of an interim Special Representative for Mozambique who will be in overall charge of United Nations activities in support of the General Peace Agreement for Mozambique as well as the dispatch to Mozambique of a team of twenty-five military observers, as approved by resolution 782 (1992) of 13 October 1992,

1/ S/24719.

2/ S/24892 and Corr.1 and Add.1.

3/ S/24635, annex.

Noting the intention of the Secretary-General, in this as in other peace-keeping operations, to monitor expenditures carefully during this period of increasing demands on peace-keeping resources,

1. Approves the report of the Secretary-General dated 3 December 1992 2/ and the recommendations contained therein;

2. Decides to establish a United Nations Operation in Mozambique as proposed by the Secretary-General and in line with the General Peace Agreement for Mozambique, and requests the Secretary-General in planning and executing the deployment of the Operation to seek economies through, inter alia, phased deployment and to report regularly on what is achieved in this regard;

3. Further decides that the United Nations Operation in Mozambique is established for a period until 31 October 1993 in order to accomplish the objectives described in the report of the Secretary-General;

4. Calls upon the Government of Mozambique and the Resistência Nacional Moçambicana to cooperate fully with the interim Special Representative of the Secretary-General and with the United Nations Operation in Mozambique and to respect scrupulously the cease-fire and all the commitments entered into under the Agreement, and stresses that the full respect of these commitments constitutes a necessary condition for the fulfilment by the United Nations Operation in Mozambique of its mandate;

5. Demands that all parties and others concerned in Mozambique take all measures necessary to ensure the safety of United Nations and all other personnel deployed pursuant to this and prior resolutions;

6. Endorses the approach in paragraphs 30 and 51 of the Secretary-General's report as regards the timetable for the electoral process, and invites the Secretary-General to consult closely with all the parties on the precise timing of and preparations for the presidential and legislative elections as well as on a precise timetable for the implementation of the other major aspects of the Agreement and to report back to the Council on this as soon as possible, and in any event not later than 31 March 1993;

7. Calls upon the Government of Mozambique and the Resistência Nacional Moçambicana to finalize, in close coordination with the interim Special Representative, as soon as possible organizational and logistical preparations for the demobilization process;

8. Encourages Member States to respond positively to requests made to them by the Secretary-General to contribute personnel and equipment to the United Nations Operation in Mozambique;

9. Further encourages Member States to contribute voluntarily to United Nations activities in support of the General Peace Agreement for Mozambique, and requests United Nations programmes and specialized agencies to provide appropriate assistance and support for the implementation of the major tasks arising from the Agreement;

/...

10. Requests the Secretary-General to keep the Security Council informed of developments and to submit a further report to the Council by 31 March 1993;
11. Decides to remain actively seized of the matter.

-----